

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Laura Gomes Machado

**AS CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS DOS EDIFÍCIOS DE
ARQUIVO: o espaço como fator determinante na preservação de acervos**

Porto Alegre
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof^a. Dr^a. Regina Helena van der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Mielniczuk

Chefe Substituta: Prof^a. Dr^a. Sônia Elisa Caregnato

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Vice-Coordenador: Prof. Esp. Jorge Eduardo Enriquez Vivar

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M149c Machado, Laura Gomes

As características arquitetônicas dos edifícios de arquivo: o espaço como fator determinante na preservação de acervos / Laura Gomes Machado; Prof^a Dr^a. Jeniffer Cuty [orientadora]. – Porto Alegre, 2012.

111 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Arquivologia, Porto Alegre, 2012.

1. Arquivo. 2. Preservação. 3. Arquitetura. I. Cuty, Jeniffer. II. Título.

CDU 930.25:725

Bibliotecária responsável: Andréa Fontoura da Silva CRB 10/1416

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Campus Saúde, Bairro Santana

Porto Alegre/RS – CEP: 90.035-007

Tel.: (51) 3308.5067

Fax: (51) 3308.5435

Laura Gomes Machado

**AS CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS DOS EDIFÍCIOS
DE ARQUIVO: o espaço como fator determinante na preservação de
acervos**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Profa. Dra. Jeniffer Cuty

Porto Alegre
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Departamento de Ciências da Informação

Curso de Arquivologia

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **As Características Arquitetônicas dos Edifícios de Arquivo: o espaço como fator determinante na preservação de acervos**, elaborada por Laura Gomes Machado, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Prof^a. Dr^a. Jeniffer Alves Cuty (UFRGS)
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria do Rocio Fontoura Teixeira (UFRGS)

Arquivista Flavia Helena Conrado (UFRGS)

Dedico este trabalho aos meus pais, Ivanir e Neusa, por sempre depositarem esperança em mim, me dando força e me incentivando a estudar sempre. Às minhas irmãs, Elisângela e Tatiane, que me apoiaram e estiveram presentes ao longo dessa caminhada.

À minha querida avó Verônica (Nena), *in memoriam*.

À minha querida avó Virgínia, *in memoriam*.

A todos que amo e me fizeram seguir em frente nos momentos mais difíceis e que fizeram com que eu não deixasse de acreditar em mim, em meu potencial, em um só instante.

A todos que tem fé, força e coragem.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, esta instituição de excelência no ensino, em que tenho o privilégio de fazer parte como estudante.

Aos professores que fizeram parte da minha construção como profissional e como pessoa humana.

À minha orientadora professora Jeniffer Alves Cuty, por seus grandes ensinamentos que me fizeram ter outra visão da preservação da informação, transmitindo seu conhecimento da melhor forma possível.

A todos que contribuíram para que essa trajetória tomasse esse feliz rumo.

Aos melhores colegas de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Turma 2009/1.

“Siga sempre em frente, siga o quanto conseguir
Tão difícil ir pro alto quanto fácil é cair...”

Nenung

RESUMO

O estudo deste trabalho tem o objetivo de destacar a conservação preventiva como elemento na construção das características arquitetônicas das edificações de arquivo. Define o espaço como elemento de preservação dos acervos. O método utilizado foi de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e aplicação de um roteiro para registro fotográfico, instrumento elaborado para realizar exercícios de percepção ambiental/espacial. Apresenta a preservação da informação nos acervos arquivísticos. Evidencia as características arquitetônicas dos edifícios de arquivo. Interpreta a conservação preventiva, por meio dos sistemas estruturais e as técnicas de construção, as condições ambientais e a segurança. Descreve o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, expondo informações sobre seu histórico, finalidades e acervo. Verifica a situação atual das condições de preservação do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Analisa o espaço e a preservação de acervos na Instituição. Sintetiza as percepções encontradas no tocante ao gerenciamento ambiental e às percepções ambientais/espaciais no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Propõe um trabalho interdisciplinar para dirimir as questões analisadas. Conclui que a problemática da preservação de acervos exige que o documento não seja analisado como um objeto isolado, mas que esteja desde sua produção inserido no ambiente que o envolve e que o ambiente seja diretamente envolvido pelo documento quanto objeto cultural.

Palavras-chave: Arquivologia. Preservação de acervos. Percepção ambiental/espacial. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

ABSTRACT

The study of this paper aims to highlight the preventive preservation as fundamental in the construction of architectural characteristics of the archives buildings. It defines the space as an element of holdings maintenance. The method used was bibliographical survey, field research and the application of a script for photographic records, an instrument elaborated to make environmental/spatial perception exercises. It presents the information maintenance on the archival holdings. It evidences the architectural characteristics of the archives buildings. It interprets the preventive preservation, through structural systems and construction techniques, the environmental conditions and safety. It describes the Historical Archives of Porto Alegre Moysés Vellinho, showing information about its history, goals and holdings. It verifies the current situation of the Historical Archives of Porto Alegre Moysés Vellinho maintenance conditions. It analyzes the space and the holdings maintenance in the institution. It synthesizes the perceptions found regarding environmental management and environmental/spatial perceptions in the Historical Archives of Porto Alegre Moysés Vellinho. It proposes an interdisciplinary work to solve the analyzed issues. It concludes that the issue of holdings maintenance demands that the document is not analyzed as an isolated object, but being inserted in the environment that involves it since its production, and that the environment is directly involved by the document as a cultural object.

Keywords: Archives Administration. Holdings Maintenance. Environmental/spatial Perception. Historical Archives of Porto Alegre Moysés Vellinho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização urbana do AHPAMV.....	69
Figura 2 – Perspectiva integral da localização do AHPAMV.....	69
Figura 3 – Vista frontal do AHPAMV pela Avenida Bento Golçalves (lado norte)...	69
Figura 4 – Rochas e vegetação na entrada do AHPAMV.....	72
Figura 5 – Rochas e vegetação na entrada do AHPAMV.....	72
Figura 6 – Paisagismo próximo da edificação dentro dos limites estabelecidos.....	72
Figura 7 – Solo e vegetação no lado norte do terreno do AHPAMV.....	72
Figura 8 – Vegetação vasta no lado sul/oeste do AHPAMV.....	72
Figura 9 – Árvores de grande porte próximas ao anexo da casa 2 do AHPAMV, lado sul/leste.....	72
Figura 10 – Fachada da casa 1 do AHPAMV, lado norte/oeste.....	76
Figura 11 – Fachada da casa 1 do AHPAMV, lado norte/leste.....	76
Figura 12 – Fachada lateral/leste da casa 1, fachada sul/oeste da casa 2, fachada lateral/oeste do anexo à casa 2 e pátio central do AHPAMV.....	76
Figura 13 – Fachada sul/oeste da casa 2 e fachada lateral/oeste do anexo à casa 2 do AHPAMV em manutenção.....	76
Figura 14 – Fachada do anexo à casa 2 do AHPAMV, lado oeste.....	76
Figura 15 – Destaque aos recortes arquitetônicos do anexo à casa 2 do AHPAMV.....	76
Figura 16 – Sala Técnica do AHPAMV.....	80
Figura 17 – Sala de Pesquisa do AHPAMV.....	80
Figura 18 – Sala de Pesquisa; escada que leva ao mezanino e, ao fundo a Hemeroteca e a Biblioteca do AHPAMV.....	80
Figura 19 – Mezanino da casa 2 do AHPAMV.....	80
Figura 20 – Anexo à casa 2 do AHPAMV.....	80
Figura 21 – Mezanino do anexo à casa 2 do AHPAMV.....	80
Figura 22 – Detalhe da cobertura da casa 2 do AHPAMV.....	83
Figura 23 – Abertura na casa 2 do AHPAMV (Sala Técnica).....	83

Figura 24 – Diferentes modelos de aberturas na casa 1 do AHPAMV.....	83
Figura 25 – Aberturas no anexo à casa 2 no AHPAMV.....	83
Figura 26 – Revestimentos no anexo à casa 2 no AHPAMV.....	83
Figura 27 – Chave geral do sistema elétrico instalada na Sala Técnica.....	83
Figura 28 – Iluminação artificial na Sala Técnica do AHPAMV.....	86
Figura 29 – Iluminação artificial sobre a coleção da Biblioteca e da Hemeroteca do AHPAMV.....	86
Figura 30 – Iluminação natural na Sala de Pesquisa; utilização de barreira solar na vidraça do AHPAMV.....	86
Figura 31 – Incidência de luz solar na casa 1 do AHPAMV.....	86
Figura 32 – Iluminação artificial no anexo à casa 2 e pontos estratégicos de incidência de luz solar no AHPAMV.....	86
Figura 33 – Incidência de luz solar no anexo à casa 2 do AHPAMV.....	86
Figura 34 – Aparelhos de ar condicionado na área externa da casa 1 do AHPAMV.....	89
Figura 35 – Climatização na Sala de Pesquisa do AHPAMV.....	89
Figura 36 – Climatização central no anexo à casa 2 do AHPAMV (cantos superiores).....	89
Figura 37 – Ausência de umidade na Sala Técnica do AHPAMV.....	89
Figura 38 – Presença de umidade na entrada da casa 2 do AHPAMV.....	89
Figura 39 – Presença de sujidades na escada do mezanino da casa 2 do AHPAMV.....	89
Figura 40 – Extintores sinalizados na Sala de Pesquisa do AHPAMV.....	92
Figura 41 – Extintores localizados no mezanino da casa 2 do AHPAMV.....	92
Figura 42 – Luzes de emergência acima da porta na casa 2 do AHPAMV.....	92
Figura 43 – Sensor contra incêndio acima no mezanino da casa 2 do AHPAMV..	92
Figura 44 – Porta corta fogo no anexo à casa 2 do AHPAMV.....	92
Figura 45 – Porta de emergência no anexo à casa 2 do AHPAMV.....	92
Figura 46 – Mobiliário da Hemeroteca e da Biblioteca do AHPAMV.....	94
Figura 47 – Estantes deslizantes na casa 2 do AHPAMV.....	94
Figura 48 – Mapotecas na Sala de Pesquisa do AHPAMV.....	94
Figura 49 – Mobiliário da Sala de Pesquisa do AHPAMV.....	94

Figura 50 – Estantes e mapotecas de aço no anexo à casa 2 do AHPAMV.....	94
Figura 51 – Detalhe das estantes no anexo à casa 2 do AHPAMV.....	94
Figura 52 – Obras expostas na entrada da Sala de Pesquisa do AHPAMV.....	99
Figura 53 – Documentos acondicionados em caixas polionda.....	99
Figura 54 – Livros da coleção da Biblioteca do AHPAMV.....	99
Figura 55 – Documentos acondicionados nas estantes do anexo à casa 2 do AHPAMV.....	99
Figura 56 – Detalhe da lombada dos documentos no anexo à casa 2 do AHPAMV.....	99
Figura 57 – Coletânea do Jornal La Mañana (1922).....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de materiais presentes no acervo.....	25
Tabela 2 – Fatores deteriorantes dos materiais em acervos.....	26
Tabela 3 – Meios de controle ambiental, incluindo algumas vantagens e desvantagens.....	51

LISTA DE SIGLAS

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

EPAHC – Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural

EPATUR – Empresa Porto-Alegrense de Turismo

EUA – Estados Unidos da América

ICA – Conselho Internacional de Arquivos

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NBR – Norma Brasileira

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre

SMA – Secretaria Municipal de Administração

SMC – Secretaria Municipal da Cultura

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UR – Umidade Relativa

UV – Ultravioleta

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Objetivos.....	17
1.1.1 <i>Objetivo Geral.....</i>	17
1.1.2 <i>Objetivos Específicos.....</i>	18
1.2 Justificativa.....	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 Preservação da informação.....	20
2.2 As características arquitetônicas dos edifícios de arquivo.....	25
3 METODOLOGIA.....	32
4 CONSERVAÇÃO PREVENTIVA.....	35
4.1 Sistemas estruturais e técnicas de construção.....	37
4.2 Condições ambientais.....	48
4.3 Segurança.....	54
5 ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO (AHPAMV).....	58
5.1 Histórico do AHPAMV.....	58
5.2 Finalidades do AHPAMV.....	60
5.3 Acervo do AHPAMV.....	60
5.4 O espaço e a preservação de acervos no AHPAMV.....	65
5.4.1 <i>Macroambiente.....</i>	66
5.4.2 <i>Medioambiente.....</i>	73
5.4.3 <i>Microambiente.....</i>	93
6 SÍNTESE DAS PERCEPÇÕES AMBIENTAIS/ESPACIAIS E DA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NO AHPAMV.....	100

7 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR.....	103
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICE A.....	111

1 INTRODUÇÃO

O espaço é um elemento determinante para a preservação dos documentos. Abarca tanto o meio externo quanto o meio interno a que o acervo está sujeito, sendo o ambiente um dos principais agentes de deterioração de bens culturais. Com a adequação dos ambientes à preservação do documento, esta deve ser uma atividade desenvolvida de forma abrangente, havendo planejamento e políticas elaboradas em consenso, identificando o que e como deve ser preservado.

Um dos cerne de um arquivo é dar acesso e difundir seu acervo perante seus usuários, entretanto, de nada adianta ter documentos para pesquisa se eles não são conservados como deveriam.

Uma edificação planejada e segura é o principal instrumento para a preservação de um acervo arquivístico, sendo a base para que haja conservação e preservação efetivas. Os edifícios constituem o *front* de defesa contra climas rigorosos e contra diversos tipos de desastres, sendo considerados ambientes estáveis como meio fundamental para a preservação dos acervos, tendo em vista que estender a vida útil dos acervos é um dos principais desafios no que concerne a conservação dos suportes e a preservação da informação.

Os arquivos têm a difícil tarefa de proteger e preservar uma área específica do patrimônio cultural comum. Não são apenas as características físicas dos documentos custodiados, mas também o método e as políticas de preservação definidos a partir do seu conteúdo informativo que delimitam o modo de preservação e conservação, assim também distinguindo a construção de um edifício de arquivo, com características próprias e singulares comparado a construções comuns.

Uma variada gama de considerações acerca da preservação do patrimônio cultural deve ser integrada aos aspectos fundamentais para a construção de um prédio de arquivo, levantando questões primordiais para um projeto arquitetônico diferenciado.

Sob este prisma, o presente estudo evidencia o espaço como peça chave para a preservação dos documentos, conduzindo à análise das relações entre o

meio e o edifício, e entre o edifício e o acervo, para assim termos bases sólidas o suficiente para discutirmos e defendermos a importância de um trabalho interdisciplinar.

Nesse contexto, é pertinente a pergunta: Qual a influência do espaço como determinante para a preservação dos acervos arquivísticos?

Iniciamos pontuando sobre a preservação da informação, tendo um breve histórico sobre a preservação dos acervos. Logo é explicitada a importância sobre o conhecimento das características arquitetônicas dos edifícios de arquivo. A conservação passiva e as relações entre o macro e o medioambiente, e entre o médio e o microambiente. Em seguida, será abordada a pesquisa realizada no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, onde será identificada e analisada a realidade encontrada no que diz respeito à conservação preventiva com base em exercícios de percepção ambiental e confrontações quanto ao que foi analisado anteriormente sobre a conservação preventiva em acervos arquivísticos. Por fim, salientamos a importância do trabalho interdisciplinar.

1.1 Objetivos

Exposta a problemática deste trabalho, prosseguem os seguintes objetivos:

1.1.1 *Objetivo Geral*

O trabalho tem por objetivo principal destacar a conservação preventiva como elementar na construção das características arquitetônicas das edificações de arquivo, a fim de definir o espaço como elemento de preservação dos acervos, identificando situações em que seja possível desenvolver estratégias de projetos e soluções técnicas para a questão da preservação de bens culturais.

1.1.2 *Objetivos Específicos*

Especificamente, esta pesquisa visou:

- a) Identificar na literatura as características arquitetônicas das edificações, que contribuem para a preservação do acervo arquivístico;
- b) Analisar os elementos que devem ser considerados na concepção, manutenção e adaptação dos espaços destinados à guarda e exposição de acervos;
- c) Interpretar as relações entre o macro e o meioambiente, e entre o médio e o microambiente dos acervos;
- d) Mapear o espaço como decisivo para a preservação de acervos;
- e) Salientar a importância de um trabalho interdisciplinar.

1.2 *Justificativa*

Com a maior visibilidade da Arquivística no cenário atual, é necessário atermo-nos na questão da preservação dos documentos, haja vista que somente conservado o documento poderá ser acessado e difundido sem prejuízo ao mesmo. Com isso, permitimos que sejam desenvolvidas pesquisas e aprimorados estudos para identificar soluções que sejam adequadas aos problemas enfrentados pelas instituições.

Para que a preservação seja posta em prática, as características arquitetônicas das edificações de arquivo devem ser discutidas, servindo como base para um trabalho eficaz e permanentemente ativo. Vislumbrando desse modo a preservação da informação, fica evidente que este tema deveria ser debatido com maior ênfase em sala de aula, havendo muita falta de informação sobre as possibilidades da conservação passiva para os arquivos. A questão da preservação de bens culturais envolve muitos conceitos, permeando ações de diversas

naturezas, implicando na ampliação da perspectiva além do objeto isolado, alcançado o ambiente, a arquitetura, os planos de segurança e manutenção, a maneira de usar os acervos.

A partir das pesquisas iniciais para a realização deste trabalho sobre o espaço como fator determinante na preservação de acervos, verificou-se uma grande carência desta discussão entre os arquivistas, tornando mais motivadora a realização desta monografia.

O presente estudo da identificação do espaço como determinante na preservação de acervos arquivísticos tem a função de contribuir com a questão da preservação do patrimônio cultural, sobretudo, o patrimônio arquivístico, este que vem estimulando estudos e pesquisas em todas as áreas do conhecimento. Nesse contexto, este trabalho visa apresentar elementos que devem ser considerados na concepção, manutenção e adaptação dos espaços destinados à guarda e exposição de acervos. Quanto ao estudo da percepção ambiental, esta pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente em que se está inserido aprendendo a proteger e cuidar do mesmo. Deste modo, o estudo da percepção ambiental torna-se de fundamental importância para uma possível compreensão da relação entre o homem e o ambiente, sobre o comportamento do usuário, decorrentes do conhecimento de suas expectativas, anseios, satisfações e condutas, conforme Fernandes apud Dallagnol (2008).

Os edifícios de arquivos resguardam-se de um caráter simbólico, materializando a importância de preservar e expressar a cultura de uma região em um determinado momento histórico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Consideramos para este estudo a preocupação com a preservação dos acervos arquivísticos, a influência do espaço como determinante nesse caso e o destaque das características arquitetônicas dos edifícios de arquivo.

Para dar prosseguimento e melhor entendimento ao assunto abordado, é imprescindível que haja a fundamentação teórica deste estudo.

2.1 Preservação da informação

Conforme Silva (1998), historicamente, a intervenção ou a aplicação específica de tratamento em documentos ou monumentos, com o sentido de recuperação física de suporte, surge nos museus apenas como restauração e assume um sentido de intervenção estética, concentrada nas obras de arte e nos monumentos arquitetônicos. É com a grande inundação na cidade de Florença, na Itália, em 1966, – atingindo indistintamente museus, arquivos e bibliotecas e causando uma enorme quantidade de danos nos acervos – que os restauradores começam a vislumbrar a necessidade de tratamentos para aplicação em massa. A diversidade dos acervos atingidos e o volume de documentos danificados passam a exigir não apenas dedicação exclusiva, intensa, rotineira dos restauradores/conservadores, mas postura e conhecimento interdisciplinares. Naquele momento, a restauração/conservação busca respaldo técnico e científico na química, na biologia, na engenharia dos materiais. Preocupa-se com aspectos filosóficos, éticos, históricos. De um lado, surgem os cientistas da conservação e os centros de pesquisa específicos e, de outro, uma nova ordem de preocupações com a restauração, que passaria a focalizar não só a unidade documental, mas, principalmente, à conservação preventiva dos acervos.

Os critérios para determinar quais as coleções que teriam o privilégio de serem salvas compõem uma terceira etapa histórica. Essas escolhas nascem no seio das instituições e remetem a políticas institucionais. A partir da formulação de tais políticas, surgem os conceitos entendidos, hoje, como preservação e prevenção, que reúnem, contemplam e exigem conhecimentos e técnicas de intervenção interdisciplinares. O eixo da questão desloca-se, da escolha do tipo e da profundidade da intervenção de restauro, para a mais adequada escolha ética, filosófica e conceitual a ser aplicada na preservação dos acervos.

Os museus, os arquivos, as bibliotecas, entre outras instituições relacionadas com a cultura, têm como principal tarefa preservar toda a herança histórica, artística, científica e arquitetônica para as gerações futuras. Muitos, no entanto, apresentam situações ou condições inadequadas que põem em risco a preservação de seus acervos. As condições inadequadas para preservação vão desde a localização – áreas poluídas, sem segurança e sujeitas a desastres naturais – até as características arquitetônicas dos edifícios, que contribuem para uma iluminação nociva e para o estabelecimento de níveis impróprios de temperatura e umidade, favorecendo os ataques biológicos. Aí também se incluem sistemas operacionais deficientes, que propiciam o vandalismo, a falta de manutenção e atitudes incorretas na manipulação dos acervos. (CARVALHO, 1998, p. 5-6).

Conceitualmente, preservação deve ser entendida pelo seu sentido geral e abrangente. Seria, então, toda ação que se destina a salvaguarda, estando relacionada aos aspectos políticos, organizacionais e, sobretudo, aos sentidos de preservação da informação e da imagem. É o cerne, sob o qual se desdobram a conservação (hoje tratada como preventiva, desde os anos 1980), a restauração e a conservação preventiva. À preservação cabe ainda a responsabilidade de determinar as escolhas mais adequadas de reformatação de suporte para a transferência da informação.

Conservação preventiva é um conjunto de ações estabilizadoras que visam evitar os processos de degradação de documentos ou objetos e estabilizá-los por meio de controle do ambiente e de rotinas específicas (higienização e acondicionamento).

Preservação é um conjunto de medidas e estratégias sob a ordem administrativa, política e operacional que assim contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais. (CASSARES, 2000).

Os documentos em papel são de suporte muito frágil – são higroscópicos, ou seja, possuem a propriedade de absorver e liberar água, podendo assim ser mais suscetíveis às variadas formas de danificação da informação que consta no documento. Essas danificações podem ocorrer por fatores físicos, químicos, mecânicos, biológicos, humanos (manuseio) e naturais.

Segundo Vanz e Cuty (2012), os fatores deteriorantes dos materiais em acervos podem ser:

- Físicos/ambientais: iluminação, variações de temperatura e umidade relativa (UR);
- Químicos: oxidação, hidrólise e reação de ácidos dos poluentes sobre os materiais;
- Mecânicos: dilatação térmica e higroscópico;
- Biológicos: fungos, bactérias, insetos xilófagos e roedores;
- Humanos: manuseio incorreto, produção de condições para desenvolvimento de agentes biológicos, vandalismo, desconhecimento sobre o correto acondicionamento, incêndios e guerras;
- Naturais: inundações, abalos sísmicos, deslizamentos de terra, vazamentos, goteiras e infiltrações.

Pelo exposto, os responsáveis pelos acervos devem ficar atentos a qualquer tipo de má conservação. Não podemos eliminar totalmente as causas dos processos de deterioração dos documentos, mas com certeza podemos diminuir consideravelmente seu ritmo, através da conservação preventiva, segundo Cassares, (2000).

A conservação preventiva tem alguns meios que podem ajudar a aumentar a duração; tais quais: fatores ambientais, agentes biológicos, problemas no manuseio e fatores de deterioração.

Os fatores ambientais são exatamente aqueles que existem no ambiente do acervo. A temperatura e umidade relativa contribuem muito para a destruição dos documentos, principalmente quando o suporte é o papel. A umidade relativa proporciona as condições necessárias para desencadear intensas reações químicas e físicas como a quebra das fibras nos materiais e moradia para fungos. O mais recomendado é manter a temperatura para o acervo em até 21°C, a umidade relativa em torno de 55% e a iluminância em até 500 lux para acervo histórico, documentos raros, guarda de tecidos e papéis antigos.

Conforme Vanz e Cuty (2012) a análise das condições mais adequadas a cada contexto precisa ser feita pelos profissionais gestores das unidades de informação, objetivando a ponderação das condições ergonômicas para as pessoas e a conservação preventiva dos acervos. O monitoramento nos dá as diretrizes para qualquer projeto de mudança, é através de aparelhos medidores da umidade e da temperatura simultaneamente. E a radiação da luz natural ou artificial, que é difícil de ser estabilizada, especialmente a luz fluorescente, emite radiação ultravioleta nociva aos materiais de acervo, mas provoca consideráveis danos através da oxidação do suporte. O papel, sendo o suporte mais comumente usado, por exemplo, torna-se frágil, quebradiço, amarelecido, escurecido. O componente da luz que mais merece atenção é a radiação ultravioleta (UV); deve-se evitar a luz natural e as lâmpadas fluorescentes, que são fontes geradoras de UV.

Quanto aos agentes biológicos, os ambientes úmidos, quentes, escuros e de pouca ventilação são os mais próprios para a vida de micro-organismos, insetos e até roedores. Nos arquivos e bibliotecas de regiões tropicais, onde a umidade relativa e a temperatura alcançam níveis elevados, em torno de 75% e 30°C, respectivamente, o habitat é ideal para moradia e reprodução de agentes biológicos. Os documentos e livros lhes servem de alimentação. Entretanto, a variação de um fator não impedirá seu desenvolvimento, em vista de possuírem grande facilidade de adaptação.

O manuseio inadequado dos documentos é um fator de degradação muito frequente em qualquer tipo de acervo. Esta ação, chamada antrópica, pode ocorrer

de modo correto ou, ao contrário, altamente nocivo à estabilidade dos documentos. O manuseio abrange todas as ações de tocar no documento, sejam elas durante a higienização pelos funcionários da instituição, na remoção das estantes ou arquivos para uso dos pesquisadores, nas fotocópias e na pesquisa pelo usuário. Os documentos estando em mau estado e sujos denotam uma imagem negativa da instituição e levam muitas vezes o usuário a negligenciar as recomendações recebidas. O uso frequente de determinadas coleções fatalmente levará os documentos a um desgaste, o qual poderia ser evitado por um programa de microfilmagem para proteção dos originais.

Sobre os fatores de deterioração, os danos são intensos e em muitos casos são irreversíveis. Apesar de toda a questão do custo financeiro de uma política de conservação, existem medidas que podem ser tomadas sem depender de muitos recursos, assim minimizando os efeitos dos agentes. Alguns investimentos de baixo custo devem ser feitos, a começar por treinamento dos profissionais na área da conservação e preservação; monitoramento do ambiente (temperatura e umidade relativa); uso de filtros e protetores contra a luz direta dos documentos; adoção de higienização do ambiente e dos acervos e contato com profissionais experientes que possam assessorar em caso de necessidade.

Investimentos eficazes em processos de preservação não podem ser adotados sem um compromisso com a obtenção de resultados ideais. O gerenciamento de preservação compreende todas as políticas, procedimentos e processos que, juntos, evitam a deterioração ulterior do material de que são compostos os objetos, prorrogam a informação que contêm e intensificam sua importância funcional. A distinção entre a importância do conteúdo e a importância do artefato está no centro vital de um processo de tomada de decisão que, por si só, é fundamental para um gerenciamento eficaz. Gerenciamento de preservação envolve um progressivo processo reiterativo de planejamento e implementação de atividades de prevenção (mantendo, por exemplo, um ambiente estável, seguro e livre de perigos, assegurando ação imediata em caso de desastres e elaborando um programa básico de manutenção do nível das coleções) e renovação de atividades (empreendendo tratamentos de conservação, substituindo o conteúdo do acervo da biblioteca ou microfilmando-o, por exemplo). (CONWAY, 1996, p. 6).

Em suma, a preservação do acervo é uma das funções primordiais da instituição, sendo responsabilidade de todos os profissionais atuantes na área de patrimônio cultural.

2.2 As características arquitetônicas dos edifícios de arquivo

A compreensão sobre a importância dos edifícios para preservar acervos arquivísticos não constitui novidade, entretanto, o máximo esforço para que o arquivo siga tais medidas eficazes para a preservação e conservação dos documentos precisa ser prioritariamente um objetivo a ser alcançado. A estrutura e as características dos edifícios de arquivo serão as diretrizes para haver uma espécie de barreira entre o ambiente interno do arquivo e o ambiente externo.

Tais diretrizes são abordadas levando em consideração as interações entre materiais (Tabela 1), buscando evitar ou minimizar as interações químicas e físicas (Tabela 2), visando a integridade e a estabilidade dos documentos, conforme Cuty (2012).

Tabela 1: Tipos de materiais presentes no acervo.

Orgânicos:	Papel (presente na maior parte dos acervos). Fotografia. Tela. Madeira. Têxteis. Couro. Lã.
Inorgânicos:	Pedra. Cerâmica. Metais. Vidro
Sintéticos:	Acrílico. Plástico. Nylon. Couro e têxteis sintéticos. Polietileno (PE). Poliestireno (PS). Isopor ou poliestireno expandido (EPS)

Fonte: Jeniffer Cuty (2011).

Para Claudia S. R. de Carvalho (1998, p. 6),

O ambiente é um dos principais agentes de deterioração de bens culturais. Os efeitos produzidos pela luz, pela temperatura, pela umidade e pela contaminação atmosférica, isoladamente ou conjugados, estão sistematicamente identificados como agentes de deterioração, sobretudo dos materiais orgânicos, como o papel. Sabe-se também que as condições microclimáticas, isto é, as características específicas do lugar onde se localizam as coleções, definem em que grau cada um desses elementos interfere na sua conservação.

Tabela 2: Fatores deteriorantes dos materiais em acervos.

Físicos/ambientais:	Iluminação. Variações de temperatura e Umidade Relativa (UR)
Químicos:	Oxidação. Hidrólise. Reação de ácidos dos poluentes sobre os materiais
Mecânicos:	Dilatação térmica. Higroscópico.
Biológicos:	Fungos. Bactérias. Insetos xilófagos. Roedores
Humanos:	Manuseio incorreto. Produção de condições para desenvolvimento de agentes biológicos. Vandalismo. Desconhecimento sobre formas de acondicionar. Incêndios. Guerras
Naturais:	Inundações. Abalos sísmicos. Deslizamentos de terra.

Fonte: Jeniffer Cuty (2011).

São exigidos que os edifícios de arquivo possuam um elevado grau de inércia termal, para que a temperatura e a umidade relativa no interior mantenham-se razoavelmente estáveis e inalteráveis, relativamente às flutuações do ambiente exterior.

Nesse sentido, as paredes duplas são eficazes para evitar a transmissão de calor e geralmente as paredes de grande espessura vão proteger o edifício da radiação solar, sendo recomendáveis para a estabilidade das condições ambientais. Segundo Güths (2007), o grande risco da amplitude térmica e da alta umidade relativa é a condensação, em que o ar quente encosta na superfície e esfria.

Quando esfria, não consegue mais suportar a água em forma de vapor e condensa, formando gotas de água nas paredes e documentos.

Em outro estudo, conforme Padfield apud Teiggeler (2007), em edifícios com taxas pouco elevadas de renovação de ar, como arquivos, o estancar da umidade através de paredes absorventes é tão eficaz que nivela o ciclo anual da umidade relativa, sem ser necessário recorrer a sistemas mecânicos de ar condicionado. Assim, é constituída a possibilidade de existir o controle passivo das condições ambientais de um edifício pela gestão da transferência dos níveis do ambiente exterior.

Quanto às janelas, a existência das mesmas que abram pode reduzir o calor e a umidade, mas, por outro, a temperatura no interior do edifício pode aumentar com a incidência dos raios solares. Desse modo, nas vidraças deve ser aplicada uma película protetora, que diminui consideravelmente a entrada de luz e conforme Karim (1988) evitando as radiações solares diretas no interior dos edifícios, sempre observando sua manutenção. Segundo Nwamefor (1995), “[...] é preferível usar janelas de correr a janelas fixas, para o caso de falhas de energia.”

Os telhados devem ser projetados de modo a resistirem a inúmeros acontecimentos climáticos, por isso precisam ser isolados e inclinados. Os telhados planos não são aconselháveis devido ao risco de infiltração na época das chuvas torrenciais (Op. Cit.). É essencial que a água das chuvas seja repelida para longe das paredes, assim os beirais grandes são recomendados, tanto porque protegem as paredes das chuvas quanto porque projetam sombra em volta do edifício.

Quanto às tintas, a melhor escolha são as uretanas anti-umidade ou do tipo látex, pois geram menos subprodutos corrosivos e provocam menos exalações. Pinturas à base de óleo liberam uma variedade de materiais orgânicos voláteis durante o processo de secagem, sendo estes compostos extremamente corrosivos e devendo assim ser evitados.

A acessibilidade deve ser promovida como um programa gradativo e contínuo de ações que eliminem de barreiras físicas e atitudinais existentes. Os procedimentos devem ser discutidos e elaborados com a total e irrestrita participação de todas as partes interessadas no assunto, para se tornar acessível a todas as pessoas, inclusive as com mobilidade reduzida. É necessário refletir que,

para se locomoverem, larguras, alturas, extensões e desníveis são dimensões importantes que podem dificultar e até impedir o deslocamento. (BRASIL, 2006).

O piso, visando a conservação e a preservação deve ser impermeável ou resistente à água, ser à prova de fogo, de fácil limpeza, não exalar nenhum poluente nocivo, não contribuir para a poluição geral do arquivo e que não favoreça a infestação por insetos. O piso ideal é o piso em massa, como granitina ou piso à base de epóxi. O piso de cerâmica apresenta rejuntas que não são recomendáveis para a conservação, mas pode ser colocado caso a instituição não tenha recursos; o piso laminado é colado com formaldeído, gás que não apenas afeta o pH do papel, mas podem alterar sua cor, esmaecer alguns pigmentos e atacar a colagem utilizada em alguns papéis; o carpete jamais deve ser usado, pois a decomposição gradual das fibras do carpete contribuirá para o volume de sujeira e os carpetes de fibras naturais constituem fonte de alimento para muitos insetos. A madeira acarreta problemas de preservação da emissão de gases pelo adesivo, como no parquê, da retenção de água durante inundações, da propensão ao fogo e a infestação de cupins.

Dois mil anos a. C., na Mesopotâmia, os arquivistas já colocavam as tabuinhas de barro em prateleiras que não assentavam no chão e afastadas das paredes para proteger o suporte vulnerável à umidade (BANKS, 1999). No que diz respeito ao mobiliário, a madeira não é uma boa escolha para ficar em contato com os documentos, visto que não há madeira alguma aceitável e revestimentos confiáveis quanto à sua ação de vedação, como produtos à base de piretróide para proteger o acervo do contato com uma gama de ácidos e gases nocivos. Uma boa escolha para estantes é o aço, de fácil fabricação e durável, oferecendo pouco risco ao acervo, todavia, quando o revestimento de esmalte cozido – que melhora sua durabilidade – não estiver completamente tratado, ele emite níveis elevados de formaldeído ou solventes.

As sobrecargas do prédio são de extrema complexidade, sendo que haverá variações no valor das cargas, demonstrando que arquivos são muito diferentes de outras estruturas, pelo menos quanto ao cálculo de cargas de estrutura e resistência, assim verificando a possibilidade da utilização de estantes deslizantes.

Segundo Beck (1991), os prédios de arquivo devem contar com espaços amplos, levando em conta uma previsão de expansão para no mínimo 50 anos,

incluindo áreas próprias para documentos de suportes não convencionais, requerendo climatização especial em função de sua fragilidade.

As instalações elétricas são de extrema importância, obedecendo a rigorosas normas. A localização central e visível da chave geral do sistema, indicação clara de todos interruptores de circuito nos vários quadros de luz, suprimento elétrico de emergência e fios elétricos em tubulações seriam medidas básicas. O aproveitamento satisfatório de materiais e das instalações indicam a chamada conservação passiva e mesmo a segurança passiva do local do acervo.

No que tange a parte hidráulica, deve haver uma proteção contra a umidade; o plano de nivelamento deve ser cuidadosamente revisado, as tubulações precisam ser evitadas nas áreas do acervo, ou seja, banheiros são estritamente evitados em paredes onde existam documentos.

A iluminação – solar ou artificial – pode danificar alguns materiais, provocando descoloração ou escurecimento. Os danos provocados pela luz são irreversíveis e os seus efeitos são cumulativos. Deste modo, é imperioso reduzir a exposição à luz, tanto quanto possível (READ, 1994). A luz solar contém uma grande quantidade de raios nocivos azuis, violeta e ultravioleta. A atmosfera úmida aumenta frequentemente o perigo destas radiações, provocando uma maior refração dos raios. Perante estas circunstâncias, torna-se particularmente necessário proteger os documentos da luz solar (DUCHEIN, 1988). Lâmpadas fluorescentes é, comumente, o elemento de iluminação mais comum em arquivos. Apesar de serem mais frias que as demais lâmpadas, elas também geram calor, assim uma medida eficaz para evitar o máximo possível de incidência de iluminação sobre os documentos é a adoção de iluminação com sensor de presença.

Quanto à climatização o condicionador de ar poderia ser uma solução para controlar o excesso de calor e de umidade relativa, entretanto, segundo Aranyanak (1988) devido ao mau funcionamento de sistemas de condicionador de ar, o arquivista tem de recorrer frequentemente a desumidificadores autônomos ou sílica gel de modo a conseguir algum controle sobre a umidade. No caso de existir um sistema de condicionador de ar, é necessário que o sistema funcione ininterruptamente, para que não haja oscilações bruscas de temperatura. A temperatura da área de acervo e da área de pesquisa deve ser diferente, já que a temperatura no acervo não deve passar de 21°C.

A prevenção contra desastres é de suma importância para um prédio de arquivo bem projetado. Na maior parte das vezes, um desastre ocorrido num arquivo constitui um evento inesperado que põe o acervo em risco. Nenhuma instituição pode ser excluída ou considerar-se imune a esta possibilidade.

O fogo é considerado como um dos piores desastres para os arquivos, museus e bibliotecas e ocorre mais frequentemente do que aquilo que se pensa (TRINKHAUS-RANDALL, 1995). A utilização de materiais de construção à prova de fogo pode retardar a propagação de um incêndio, tal como a divisão das áreas de armazenagem em compartimentos de menores áreas, com divisórias em material à prova de fogo, bem como o isolamento das salas em relação às áreas de trabalho (DUCHEIN, 1988; FRÖJD et al., 1997; LING, 1998; TEULING, 1994). O telhado deve ser construído com material à prova de fogo, como azulejos, placas de ardósia ou de metal. As janelas devem ser protegidas com vidro temperado e persianas à prova de fogo. As portas à prova de fogo ajudam a deter o fogo, o fumo e a fuligem. Deve ser feita a instalação de *sprinklers*, com sistema de névoa de água e não de esguicho e utilizar equipamentos que detectem fumaça.

A segunda maior ameaça para os arquivos são os danos causados pela água. O edifício deve atuar como proteção natural do acervo contra a água exterior. Não obstante, também pode ser a causa de uma calamidade; os telhados, as paredes, as portas, as janelas, as caves, as goteiras e os sistemas de drenagem, todos podem constituir a causa imediata da entrada de água (Op. Cit.). A cobertura do telhado deve ser, com certeza, à prova de água e fixa de forma bem apertada, os telhados inclinados são preferíveis aos telhados horizontais, e devem evitar-se aberturas nos telhados. As portas e as janelas devem ser à prova d'água e podem ser protegidas das chuvas fortes por persianas, alpendres e varandas. (DUCHEIN, 1993).

Também fazendo parte do projeto arquitetônico das edificações de arquivo, está incluso o paisagismo. Deve ser assegurado que nenhuma árvore plantada ou já existente no terreno irá pender sobre o edifício. Nenhum arbusto que floresça deve ser utilizado, uma vez que flores podem atrair pragas danosas ao acervo, tanto exteriormente quanto interiormente, sendo assim expressamente proibido colocar plantas em arquivos. As árvores, especialmente as de grande porte que crescem perto do edifício, podem provocar dificuldades, como alguns eucaliptos que deixam cair folhas, casca e galhos, bloqueando as goteiras e as canalizações. Além disso,

as suas raízes podem danificar os sistemas de drenagem do prédio. Como benefício, uma forma de controlar a temperatura nos depósitos e de não deixar entrar a luz solar é plantar árvores à volta do edifício. Normalmente, é aconselhável limpar a vegetação da área circundante do edifício, pelo menos no espaço de alguns metros, de modo a que os insetos não sejam atraídos, o que facilmente constituiria um problema para os nossos arquivos (DUCHEIN, 1980).

Todas estas ações relacionando um projeto arquitetônico com diretrizes arquivísticas para uma máxima conservação e preservação dos documentos, denotam a existência de uma cooperação entre arquivistas e arquitetos para um perfeito trabalho para com a informação como ciência.

As explicações quanto às características arquitetônicas só vêm a salientar a grande preocupação que envolve a conservação dos documentos em estabilizar a sua degradação e, conseqüentemente aumentar sua vida útil e, transpor este sentido de estabilização, que segundo Cuty (2012), vem sendo aplicado na arquitetura com a conotação de manutenção das características e de formas identificáveis dos seus usos originais.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter descritivo, possuindo abordagem qualitativa, na qual foi realizado levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e análise dos dados obtidos, assumindo a forma de um estudo de caso. Servirá como base para a identificação do espaço como elemento de preservação de acervos, expondo as características arquitetônicas dos edifícios e salientando que existem metodologias eficazes no campo da conservação que seguem essa compreensão. Cabe destacar que o contato com essas metodologias ocorreu, no meu caso, graças à orientação com a prof^a. Jeniffer Cuty, a qual mantém pesquisa nessa área há nove anos. A orientação ainda possibilitou encontrar pontos de contato entre as minhas indagações sobre o papel fundamental da edificação e do meio ambiente, como um todo, para a conservação de documentos e a decorrente preservação da informação.

Conforme estudos no tocante ao Gerenciamento Ambiental de lugares que abrigam acervo, os quais são referência no país, através do trabalho desenvolvido pela UFMG em parceria com o IPHAN e com o Getty Conservation Institute de Los Angeles (EUA), os efeitos dos fatores e ameaças ambientais, como desastres naturais e provocados pela ação do homem possuem direta relação com a vulnerabilidade dos acervos, o histórico de exposição a estes fatores e ameaças, políticas institucionais, práticas de utilização e gestão dos acervos. Logo, o planejamento de estratégias de gestão ambiental está diretamente relacionado ao conhecimento e análise destes fatores.

Como objeto de estudo dessa pesquisa serão analisados os conteúdos bibliográficos referentes à preservação de acervos arquivísticos, focando a importância das características arquitetônicas das edificações para com os documentos custodiados. Também como objeto dessa pesquisa, foi escolhido o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, que foi observado e investigado a partir de estudos elaborados por Arnheim (1988-2001), sendo o objeto arquitetônico analisado por meio de exercícios de percepção ambiental/espacial, ponderando qualitativamente a preservação da informação. O Arquivo Histórico foi

escolhido por apresentar um espaço construído reciclado e conjuntamente uma nova edificação.

Posteriormente ao contexto apresentado, realizamos reflexões acerca da relação entre a construção de edifícios que atendam às funções específicas de um arquivo e suas consequências com a preservação do acervo. As reflexões dar-se-ão por meio de percepção ambiental do espaço em diálogo com os princípios do gerenciamento ambiental. O exercício proposto por Arnheim (1988-2001) utilizado para a realização deste trabalho foi escolhido por apresentar argumentos que se tornam evidente que temos de nos deslocar constantemente de um lado para o outro, entre o edifício enquanto objeto visto como um todo no espaço, e o edifício como evento no tempo de que o homem em ação faz experiência; esse exercício tornando-se especialmente importante no tocante à análise da preservação investida no Arquivo Histórico escolhido. A referência teórica de Rudolf Arnheim é o cerne dessa análise constituída no AHPAMV, todavia não a única referência utilizada nesse estudo da percepção ambiental. A partir da elaboração de um roteiro para registro fotográfico com técnicas de observação livre (APÊNDICE A) como instrumento dessa pesquisa, construímos dez (10) pranchas fotográficas, e desse modo, realizamos o exercício de percepção ambiental/espacial, apresentando, descrevendo e analisando o objeto desse estudo. Finalizamos, salientando um trabalho interdisciplinar entre os profissionais que convivem com os problemas de preservação dos acervos e os profissionais que lhe competem a construção de projetos dessa natureza.

A pesquisa foi dividida em cinco etapas distintas, a saber: revisão bibliográfica; análise das referências em conservação preventiva; visita exploratória e coleta de dados; análise e interpretação dos dados coletados; definição do trabalho interdisciplinar.

Na primeira etapa, a construção do referencial teórico, foi realizada a fundamentação teórica a partir de textos e trabalhos existentes sobre o tema de preservação de acervos.

Na segunda etapa, foi realizada uma análise da conservação preventiva, onde foram interpretados os sistemas estruturais e as técnicas de construção, as condições ambientais e a segurança, visando sempre a preservação documental.

Na terceira etapa foi realizada a visita exploratória e coleta de dados, onde, primeiramente, foi observado livremente o local externo e interno do AHPAMV. Em seguida, os dados foram coletados a partir da aplicação de um instrumento de pesquisa, o roteiro para registro fotográfico. O instrumento é dividido em três categorias: macroambiente, medioambiente e microambiente. A partir dessas categorias, foram compostas dez (10) pranchas fotográficas sobre o objeto arquitetônico.

Na quarta etapa, foi realizada a verificação dos dados coletados e análise dos resultados obtidos, identificando a realidade atual em relação às condições de preservação da informação do AHPAMV, sendo apresentado, descrito e analisado o objeto por meio de cada prancha fotográfica, sendo realizados exercícios de percepção ambiental/espacial, conforme Arnheim (1988-2001), e confrontações quanto ao que foi analisado anteriormente sobre a conservação preventiva em acervos arquivísticos.

Na quinta e última etapa, foi identificado o trabalho interdisciplinar por meio dos resultados obtidos como imprescindível para destacar a conservação preventiva como elementar na construção das características arquitetônicas das edificações de arquivo, definindo o espaço como elemento de preservação de bens culturais.

O objetivo deste estudo limita-se a identificar situações em que seja possível desenvolver estratégias e soluções para a questão da preservação de bens culturais, não buscando desenvolver modelos ou fórmulas prontas, sendo imprescindível a discussão e a prática a fim de que sejam encontradas as soluções adequadas para cada caso e cada problema.

4 CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

A preservação é um conjunto de políticas que englobam os aspectos financeiros, materiais e humanos, adotados para gerir a conservação dos acervos. Define planejamento e rotinas para distintos acervos (quanto ao uso, à tecnologia, ao valor da informação e dos aspectos culturais), possuindo assim, caráter gerencial e administrativo.

Segundo Cuty (2012), cabe refletir acerca de discursos e teorias da preservação, em diversas áreas do conhecimento, identificando princípios que regem nosso pensamento contemporâneo ocidental sobre o que é (para nós) preservar, visto que a preservação está relacionada à noção de salvaguarda e de ação objetiva sobre o bem cultural.

A preservação divide-se em conservação preventiva (conservação) e conservação reparadora (restauração).

A conservação preventiva visa procedimentos técnicos que retardam ou previnam a deterioração dos acervos através da manutenção das instalações, do controle das condições ambientais, da limpeza do acervo e do acondicionamento dos materiais. Já a conservação reparadora trabalha com procedimentos técnicos específicos que visam à intervenção direta nos documentos já degradados, com vistas a sua reconstituição. Em suma, a conservação preventiva tem seu impacto voltado para o conjunto documental e a conservação reparadora se atém a impactar a unidade documental. Este impacto no conjunto documental ocorre por meio de: instalações físicas, sendo os materiais empregados nas construções, instalações elétricas e hidráulicas, manutenção e limpeza; condições ambientais, por controles de níveis de temperatura, umidade relativa (UR), iluminação (física); e pela segurança, envolvendo roubos, incêndios e outros sinistros das instituições, dos objetos/documentos, dos funcionários e do público. É uma área de pesquisa relativamente nova, que se iniciou na década de 1980.

Para Cuty (2012), no âmbito da conservação preventiva, as ações podem e devem ser tomadas sobre um acervo de bens e informações maior que aquele definidor do chamado patrimônio cultural. A conservação ultrapassa os limites de

foco sobre o objeto, atuando sobre a integridade de conjuntos documentais. É característica de essa conservação deter-se em dados intrínsecos e extrínsecos da conservação de arquiteturas, objetos e documentos, tais como a composição dos objetos/documentos, sua estrutura, seus processos de fabricação, sistemas e técnicas construtivas, as condições de usufruto desses objetos ou bens materiais.

Conforme Cruz Souza (2008), a conservação de objetos, obras de arte e documentos em ambientes museológicos, bibliotecas ou arquivos depende, em grande parte, de um ambiente estável. A maioria dos problemas de degradação que ataca as obras/documentos é decorrente de um ambiente inadequado, sendo, portanto, um problema de conservação. Para um melhor controle preventivo é necessário conhecer as causas e os fatores que deterioram os materiais, e desse modo propor medidas de controle.

Qualquer material, mesmo que possua todas as propriedades físicas e químicas para durar séculos, sofre influências que prejudicam sua durabilidade. Essas influências são classificadas como: agentes internos, que provêm da matéria-prima e dos métodos de confecção; e agentes externos, que ocorrem a partir do uso e dependem do meio ambiente, da guarda, do manuseio e das intervenções.

Não existe, com raríssimas exceções, nenhum material, natural ou sintético, orgânico ou inorgânico, que não se degrade com o passar do tempo. Contudo, o processo de envelhecimento depende de medidas de controle ambiental capazes de minimizar o impacto da predisposição intrínseca de degradação da matéria e eliminar os agentes potenciais de degradação extrínseca, ou seja, do ambiente externo.

Toda degradação é irreversível, pois nenhuma obra voltará ao estado original; porém, os processos de degradação podem ser estacionados e controlados.

Segundo Froner (2008), é fundamental que esta área onde abriga os acervos de museus, arquivos e demais tipos de instituições culturais seja projetada, planejada, organizada, monitorada e mantida a partir de princípios, conceitos, modelos e paradigmas da conservação preventiva. Do projeto arquitetônico aos programas de controle ambiental (monitoramento do clima, da luz, das pragas); da concepção do mobiliário ao desenho dos invólucros; do acesso à segurança; do

manuseio à consulta, todas essas questões devem ser levadas em conta na prática institucional de salvaguarda dos acervos.

Cuty (2012) observa que, no Brasil, é relativamente recente a pesquisa sobre o gerenciamento ambiental de museus, bibliotecas e arquivos, referindo-se ao diagnóstico das condições de macro, médio e microambiente de acervos. No macroambiente consideramos o contexto geográfico, topográfico, urbano e social que envolve as edificações. No medioambiente dos acervos, segundo Cruz Souza apud Cuty (2012), tratamos das tecnologias e técnicas construtivas das edificações, do período de construção desses locais que abrigam acervos, muitos dos quais reciclados, de pisos e revestimentos, dos tipos e formatos de aberturas, das instalações elétricas e hidráulicas, bem como da iluminação e dos níveis de temperatura e umidade relativa do ar. Por fim, os microambientes compreendem os invólucros e os suportes onde os documentos são acondicionados, levando em conta o mobiliário nos quais os documentos são armazenados.

O edifício de arquivo deixa de ser pensado como um depósito dos bens culturais e passa a adquirir uma condição indispensável de reciprocidade com os acervos que contém. Assim, o edifício é observado não apenas em relação à sua condição histórica ou estética, mas em relação ao seu caráter funcional específico: um espaço físico que comporta acervos – a cultura material enquanto patrimônio cultural – e que, portanto, está estritamente ligado à sua preservação.

4.1 Sistemas estruturais e técnicas de construção

Uma vez que muitos arquivos, bibliotecas, museus, galerias e casas históricas valem-se de construções públicas geralmente não projetadas para a função específica de custodiar e expor acervos – como fortalezas, casas históricas, palácios, câmaras e cadeias, igrejas, entre outros –, considerando que esses prédios portadores de memória são exemplares na construção do imaginário histórico, há de ter-se um cuidado redobrado na escolha da área destinada ao

acervo, pois alterações na planta, fachada e piso não são permitidas em virtude da política de tombamento do IPHAN. René Teijgeler (2007, p. 79) exprime que:

A possibilidade da existência de um edifício adequado para arquivo deve ser encarada como o primeiro pré-requisito na preservação e conservação de material de arquivo. É tão óbvio que chega a ser negligenciado: os edifícios constituem a primeira linha de defesa contra climas rigorosos e contra diversos tipos de desastres, sendo considerados como um meio fundamental para a preservação das coleções.

Os sistemas estruturais e as técnicas de construção descritas estarão norteadas por ações trabalhadas na conservação, sempre considerando as interações entre materiais, enfim, sempre vamos buscar evitar ou minimizar as interações químicas e físicas para que os documentos permaneçam estabilizados, lembrando que estamos nos referindo a lugares que abrigam acervos físicos, conforme observação de Cuty (2012).

De uma maneira geral, instalações subterrâneas, pátios externos e torres não são áreas apropriadas para armazenamento de acervos, uma vez que nessas regiões a umidade relativa e a temperatura alcançam níveis extremos. Em porões ou demais dependências subterrâneas, caso extremamente comum para os arquivos, o contato potencial com água por causa de infiltrações ou inundações constitui um sério problema, comum principalmente em edifícios antigos. Devem ser feitas inspeções nas manilhas, canos e forros, numa periodicidade não inferior a quatro vezes ao ano, antes do período das chuvas – ou seja, considerando as relações sazonais da região onde está localizado o prédio –, e os reparos devem ser prioritários, pois as infiltrações geram problemas imediatos nos acervos mesmo quando há equipamento de controle. Equipamentos mecânicos simples ou complexos, quando sobrecarregados, podem danificar-se diante de oscilações bruscas ou excesso de trabalho.

Os sistemas hidráulicos são prioritários nos projetos novos e a escolha dos materiais, bem como a localização de áreas que demandam encanamentos – copas, cozinhas, banheiros, laboratórios – precisam ser adequadas: não devem existir pias,

tanques ou banheiros próximos às salas de guarda de acervo. No planejamento, evitar que sistemas de esgoto passem por baixo dos pisos desses setores. Além da observação dessas orientações arquitetônicas concernentes à engenharia hidráulica, ventilação, iluminação e poluição sempre devem ser consideradas no projeto. A localização de estacionamento ou avenidas de fluxo intenso são fatores importantes, pois a emissão de poluentes é maior nessas áreas. Parâmetros de segurança são, por sua vez, fundamentais e as áreas de guarda devem ficar isoladas do público ou das áreas de trânsito.

Em consonância com Froner (2008), no projeto arquitetônico, duas variáveis precisam ser previstas: a disponibilidade espacial para o acervo existente (considerando a quantidade e as características individuais de determinados documentos) e o crescimento exponencial do acervo. Mesmo com a possibilidade de mobiliário compactador, é importante que o espaço projetado seja adequado ao volume e às características do acervo, prevendo inclusive o tamanho e a localização estratégica das portas de acesso. O percurso de deslocamento com ângulos de mobilidade também deve ser considerado no desenho. Dessa forma, o planejamento do mobiliário deve ser uma operação conjunta entre o arquiteto e o arquivista, pensando-se sempre na segurança e na acessibilidade do acervo.

A estrutura do edifício consiste da fundação, pisos, paredes, portas, janela e telhado. Este “envelope” é a barreira entre o ambiente interno controlado e o ambiente externo severo e flutuante. Ele é também um filtro, permitindo que quantidades controladas de luz, calor e outros elementos penetrem em seu interior. Se adequadamente projetado e construído, o edifício reduzirá os custos de energia. (TRINKLEY, 2001, p. 23).

O formato e o peso da construção irão afetar a eficiência térmica do edifício do arquivo. Quanto menor a área superficial externa do arquivo, ou seja, suas paredes e telhado, menor é a perda de calor. Assim, uma estrutura de maior volume responderá com maior eficácia, já que o calor absorvido e armazenado pode ser utilizado mais tarde para reduzir as diferenças entre altos e baixos, formando um ambiente mais estável que aquele possível em uma construção leve. Espaços abertos e tetos demasiadamente altos devem ser evitados. Embora sejam

esteticamente agradáveis, são caros em sua construção e manutenção, verba esta que poderia ser empregada na preservação do acervo.

Em edifícios com taxas pouco elevadas de renovação de ar, como arquivos, o estancamento da umidade através de paredes absorventes é tão eficaz que nivela a umidade relativa, sem ser necessário recorrer a sistemas de ar-condicionado artificiais, segundo estudo de Padfield apud Teijgeler (2007). Como a orientação ideal do edifício é para norte, a parede oposta com orientação para sul tem que ser bem protegida do sol, através sacadas ou toldos que permitam a entrada de luz, mas evitem a incidência direta dos raios solares e do calor. Em zonas com clima particularmente quente e seco, as paredes viradas a oeste necessitam de ter bastante espessura.

Segundo Güths (2007), as paredes duplas são eficazes para evitar a transmissão de calor e geralmente as paredes de grande espessura vão proteger o edifício da radiação solar, sendo recomendáveis para a estabilidade das condições ambientais, em virtude de o grande risco da amplitude térmica e da alta umidade relativa ser a condensação, em que o ar quente encosta na superfície e esfria. Resfriado, acaba condensando, formando gotas de água nas paredes e também nos documentos.

A cobertura representa uma pequena porção do custo total da área de uma estrutura. No entanto, a infiltração geralmente é o principal problema na construção e manutenção da edificação. O processo de resguardo dos acervos inicia no projeto, quanto o tipo de telhado é escolhido, continua na construção, quando o mesmo é instalado e, por fim, depende que a manutenção seja apropriada.

Os telhados recomendados devem ser isolados e inclinados, projetados de modo que resistam às chuvas torrenciais e aos ventos extremos como de ciclones. É essencial que a água proveniente das chuvas seja repelida para bem longe das paredes, evitando que estas sejam afetadas. O telhado deve ser bem fixo e o material utilizado deve isolar o edifício, tanto do excesso de umidade quanto do excesso de calor. Os grandes beirais tradicionais são recomendados, porque projetam muita sombra em volta do edifício e protegem as paredes exteriores de ficarem úmidas. Um telhado duplo é uma maneira excelente de aumentar a circulação do ar, controlando assim o ambiente no interior do edifício. Telhados feitos de alumínio, zinco, cobre ou de aço inoxidável não são vantajosos por serem

bons condutores de calor. Além disso, também existe o perigo de corrosão causado pelo contato com dióxido de enxofre na atmosfera, segundo Duchein (1998). Não são aconselháveis telhados planos devido à ocorrência de infiltração ser maior. A construção de telhados e de fachadas secundárias reveste-se da maior importância, com um intervalo de alguns metros entre as paredes primárias e as secundárias, de modo a permitir uma boa circulação de ar em volta do edifício principal.

As esquadrias são de grande importância para a redução de calor e umidade, embora haja controvérsias quanto a sua utilidade, pois projetada de maneira e em lugar incorreto, a temperatura no interior do arquivo poderia aumentar com a incidência dos raios solares. Devem ser escolhidas janelas de correr e janelas fixas, mesmo existindo um sistema de ar-condicionado, pensando nas falhas de energia, caso ocorram.

Revestimentos de piso, conforme Trinkley (2001) existem oito tipos ou classificações: concreto, cerâmica/tijolo/pedra, madeira, vinil, cortiça, borracha, carpete e linóleo. Quanto às suas associações para com a preservação, faremos a seguir.

O concreto, obviamente sendo a base do piso, pode ser o próprio chão da edificação, embora seja visto sem atrativos e de difícil limpeza e, assim conseqüentemente coberto por um dos demais materiais de piso. No que concerne à preservação, o concreto é um piso de acabamento considerável, se for tratada a questão da poeira que ele libera.

A cerâmica/tijolo/pedra comporta uma grande seleção de materiais como mármore, tijolos de pisos, mosaico e azulejos de cerâmica. Sem exceção, esses materiais tendem a se conservar como novos, entretanto são ditos como de alto ruído, escorregadios e de dispendiosa manutenção. Do ponto de vista da preservação, todos são aceitáveis, podendo ser colocados caso a instituição não disponha de recursos, mas não ideais, pois mesmo estes revestimentos sendo impermeáveis e, portanto barrando eventuais inundações e não propagando o fogo, apresentam rejuntas, que não são recomendáveis para a conservação.

A madeira como revestimento de piso pode ser instalada como tábua corrida, blocos industriais ou tacos. Quanto a sua usabilidade perante a preservação, a madeira não é indicada, já que é de difícil manutenção, se não tratada sofre pela

infestação de insetos, emite gases nocivos pelo adesivo que a fixa, retém a água durante a inundação e possui alta combustão, sendo degradada em pouco tempo de uso.

O vinil é um revestimento muito utilizado por ser considerado de baixo custo, embora seja considerado ruidoso se não for instalado em conjunto com forro de feltro. Os materiais vinílicos possuem limites de carga bastante elevados. Quanto à preservação, o principal problema é a emissão de gases por meio dos adesivos utilizados na sua instalação.

A cortiça é um revestimento que possui alta capacidade de conforto e de vedação sonora. Em contra partida, sua durabilidade é curta, de difícil manutenção e a utilização de adesivos implica na preservação do acervo.

Revestimentos em borracha proporcionam conforto, silêncio e são resistentes ao desgaste. Algumas especificações devem ser consideradas, como não expor o piso a incidência de luz solar direta e que requer manutenção especializada. Considerações acerca da preservação concentram-se na composição do próprio revestimento, nos adesivos para fixar as placas e na fumaça que pode gerar em caso de incêndio.

O carpete não configura uma boa escolha quanto à preservação. Justifica-se pelo fato de os adesivos usados em sua instalação emitirem uma vasta gama de componentes orgânicos voláteis além do formaldeído, como alguns dos próprios carpetes podem fazer. A gradual decomposição das fibras do revestimento é um grande problema, pois o volume de sujidades aumentará consideravelmente se a manutenção for falha e, por conseguinte, se a fibra do carpete for natural, constituirá como fonte de alimento para insetos. Sendo a fibra sintética ou tratada com produtos antitraças, ainda assim valerá como refúgio e abrigo para pulgas, ácaros e outros insetos e assim sua limpeza é considerada problemática. Ocorrendo uma inundação, o carpete reterá grande quantidade de umidade, elevando os níveis de UR e acarretando o crescimento de mofo.

O linóleo é um revestimento de piso raramente visto atualmente. Mesmo de baixo custo e de considerável conforto, é um piso ruidoso e de manutenção constante. Novamente como observado em outros pisos, os adesivos utilizados constituem um empecilho quanto à preservação dos documentos arquivísticos.

Percebemos que todos os revestimentos de piso, conforme Trinkley (2001) descreve, possuem algum tipo de problema quanto à preservação do acervo, por isso, em consonância com Cuty (2012), o ideal é o uso do piso em massa, como granitina ou piso à base de epóxi, evitando assim ao máximo a interação de poluentes para com os documentos.

As sobrecargas são um dos pontos mais complexos, haja vista a natureza peculiar das cargas em um arquivo. Os arquivos são muito diferentes de outros tipos de edificações, sobretudo quanto ao cálculo de cargas de estrutura ou resistência, demonstrando a variação grande nos materiais e em seu armazenamento.

É de fundamental importância que o arquivo desenvolva planos a longo prazo, considerando o uso do armazenamento compacto do acervo e a necessidade de uma futura flexibilidade nessas áreas.

Referente ao sistema elétrico da edificação, o arquivo deve seguir normas elétricas tanto para a segurança dos profissionais e dos usuários, quanto para a segurança das coleções. O uso de interruptores de circuito em caso de falha na ligação terra é muito importante, já que eles têm por finalidade interromper o fornecimento de eletricidade rapidamente, evitando curto-circuitos e consequentemente reduzindo o risco de incêndio. Outra questão relevante é a localização central e visível da chave geral do sistema elétrico. A indicação de todos os interruptores de circuito nos vários quadros de luz deve ser clara, sendo essencial em caso de desastres localizados, como inundações ou danos estruturais. Outra indicação é a necessidade de suprimento elétrico de emergência com o uso de geradores de apoio. Finalmente, uma necessidade por vezes negligenciada é a instalação de proteção contra sobrecargas e relâmpagos.

Partindo para o setor hidráulico do projeto, esta é uma questão de extrema preocupação, por que geralmente os arquivos são instalados em construções subterrâneas, acarretando enormes problemas de infiltração.

Com frequência, tais construções são semi-subterrâneas, o que implica em problemas imediatos como infiltração da água, elevados níveis de umidade e crescimento de mofo. Se as considerações referentes à preservação forem sobrepujadas por aspectos estéticos e energéticos, a instituição deve assegurar que o edifício esteja adequadamente protegido da umidade. O

fracasso de tal proteção resultará em uma série de outros problemas que terão implicações significativas de custo. (TRINKLEY, 2001, p. 43).

Um revestimento abaixo da superfície da laje inicial tem a finalidade de reduzir a passagem de umidade. A impermeabilização impede a entrada de água sob pressão de modo que forme uma membrana contínua ao redor das paredes, por meio das sapatas de alicerce e abaixo ou no interior das lajes de concreto do piso. O projeto precisa assegurar um plano de nivelamento revisado pelo arquivo, certificando-se que as superfícies exteriores estejam a um declive de pelo menos 1% para longe da construção.

Em seu interior, deve considerar-se a localização dos canos de água e esgoto. Tubulações hidráulicas devem ser evitadas nas áreas do acervo, com exceção àquelas advindas dos sistemas de aspersão contra incêndios. Se, por ventura, as tubulações hidráulicas não puderem ser evitadas na área de acervo, soluções simples podem evitar desastrosos acontecimentos para com os documentos. Tais soluções não são utilizadas por uma observada falta de engajamento com a preservação dos acervos arquivísticos, estes que por muitas vezes são encontrados empilhados diretamente no piso da instituição. A questão de falta de verba não pode ser posta em primeiro plano, já que estas melhorias são de baixo custo; o que é posto à prova é a conscientização dos arquivistas. De acordo com Trinkley (2001):

[...] a instituição deve enfatizar a importância da instalação de todas as estantes no mínimo 10 centímetros acima do chão (isto também auxilia na limpeza e no controle de infestação) e da utilização de toldos sobre todas as estantes. (TRINKLEY, 2001, p. 45).

O arquivo deve estar situado em lugar onde bombas para fossas do sistema de drenagem não sejam necessárias. Se, no planejamento, tais bombas forem necessárias, devem ser incorporados ao plano, elementos de segurança contra falhas. Também é de essencial importância, identificar tanto os hidrantes

controladores do abastecimento de água quanto os registros de distribuição interna. As caixas de esgoto devem ser localizadas, se possível, fora do edifício. Os dutos de esgoto jamais devem estar localizados nas áreas de acervo da Instituição.

A acessibilidade é um ponto de particular importância. Depreende-se como um conceito básico a ser pensado, avaliado e aplicado em todas as ações públicas que revertam em oferta de qualidade de vida, relacionados ao comportamento físico do espaço urbano.

Falar de acessibilidade em termos gerais é garantir a possibilidade do acesso, da aproximação, da utilização e do manuseio de qualquer ambiente ou objeto. Reportar este conceito às pessoas com deficiência também está ligado ao fator deslocamento e aproximação do objeto ou local desejado. Indica a condição favorável de um determinado veículo condutor que, neste caso, é o próprio indivíduo, dentro de suas capacidades individuais de se movimentar, locomover e atingir o destino planejado. (BRASIL, 2006, p. 18).

E,

Acessibilidade são a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. (NBR 9050, 2004).

Essa autonomia por meio da acessibilidade é entendida por ações na projeção da construção, denotando que é, conforme Vanz e Cuty (2012), interessante que a zona de acervo, se possível, concentre-se em um mesmo andar, de modo a não dispersar procedimentos de busca e guarda de documentos. Andares planos sem degraus ou soleiras permitem o transporte de documentos por carrinhos e a melhor flexibilidade dos espaços, possibilitando que o ambiente seja modificado para atender facilmente novas funções e atividades. Quando não é possível a manutenção do acervo em um único andar é fundamental seguir especificações técnicas.

Essa compreensão das várias possibilidades de acessibilidade irá auxiliar na reconfiguração do espaço do arquivo no que tange as suas demandas de acesso seguro e autônomo.

A criação de um ambiente com qualidade para preservação raramente é mencionada ao considerar os tópicos de acabamentos internos e o mobiliário, conforme Trinkley (2001).

As tintas para o arquivo devem ser cuidadosamente escolhidas para fortalecer os esforços de preservação, evitando o aparecimento de danos adicionais. A melhor escolha são as tintas uretanas anti-umidade ou do tipo látex, visto que estas geram menos subprodutos corrosivos e menos exalações. Entretanto, algumas delas mesmo sendo indicadas contêm uréia-formaldeído e devem ser evitadas.

A pintura látex padrão não é uma barreira de vapor efetiva e o elevado número de aditivos, que rapidamente é renovado, pode ser danoso a acervos de grande sensibilidade. Tintas acrílicas geralmente são seguras, todavia não constituem barreiras de vapor muito boas. A pintura a ser veementemente evitada é à base de óleo, pois libera uma gama enorme de materiais orgânicos voláteis durante o processo de secagem, podendo ser extremamente corrosivos. Existem também, fórmulas patenteadas anunciadas como atóxicas e seguras, elaboradas para servir como revestimento protetor ambiental e a anunciada como isenta de compostos voláteis como amônia, formaldeído, etilenoglicol ou éter butílico do etileno glicol. Em suma, para fazer-se a escolha correta, o arquivo deve solicitar a seus arquitetos que investiguem a exequibilidade da utilização destas fórmulas no lugar de pinturas mais comuns. Não havendo a possibilidade, deve-se sempre ponderar pela escolha da tinta menos poluente.

No que concerne ao mobiliário utilizado, Rhys-Lewis apud Teijgeler (2007) explicita que:

Geralmente, verifica-se que há muito trabalho de normalização para ser feito e podem alcançar-se resultados significativos através do reforço e da segurança das estantes – principalmente com barras transversais e com fixações às paredes. Montar as estantes acima do nível do chão, deve considerar-se prioritário, tendo em conta que a esperança de vida do material guardado aumentará substancialmente. Estas boas práticas são vitais e de fácil execução. (RHYS-LEWIS apud TEIJGELER, 2007, p. 124).

As prateleiras escolhidas devem permitir que haja a melhor circulação de ar possível, assim evitando prateleiras fechadas com costas. Estantes compactas não são aconselháveis por também interferirem na circulação de ar. Deve evitar-se colocar prateleiras contra uma parede exterior, pois podem absorver umidade e impedir uma boa circulação de ar. A disposição das prateleiras em ângulos retos, relativamente às paredes, cria uma melhor circulação de ar também necessária para impedir o desenvolvimento de fungos quando os locais não são arejados. Necessita ter-se cuidado com extremidades cortantes e superfícies rugosas.

As prateleiras de aço, ajustáveis, são recomendadas devido à sua solidez e resistência, tanto ao fogo, como aos ataques de insetos uma vez que têm um acabamento em esmalte cozido que resiste à abrasão e à corrosão. Desde que os materiais de arquivo não são em tamanhos padronizados, a flexibilidade das estantes constitui um fator importante.

Em caso de número insuficiente de prateleiras, sendo necessário colocar os documentos no chão, deve utilizar-se qualquer tipo de estrado ou base para que os documentos, de modo algum, permaneçam em contato direto com o piso. Se os custos relativos à aquisição de prateleiras novas não são viáveis, por vezes é possível comprar prateleiras usadas, de segunda mão. É necessário limpá-las minuciosamente antes de serem utilizadas e pode ser necessário que estas precisem de uma demão de tinta se estiverem danificadas.

Este estudo não somente abarca temas da conservação passiva quanto aos acervos arquivísticos para novas edificações, mas também sintetiza que há possibilidades para a adaptação de edifícios já existentes. Geralmente com o intuito de corte de gastos, os arquivos são alocados em edifícios não adaptados para os documentos e, assim os mesmos não são armazenados de forma ideal, visto que a estrutura usada é antiga e, por vezes, degradada. Para Duchein (1988), a razão que leva à adaptação ou reutilização de um edifício antigo, de modo a funcionar como arquivo, pode ser do âmbito cultural, constituindo-se para o governo uma oportunidade de reaproveitamento de determinados edifícios importantes do patrimônio arquitetônico.

Claro que edificações ora planejadas para outros fins que não seja o armazenamento de documentos arquivísticos pode certamente ser bem adaptada para tal uso, porém devemos ater-se de que dependendo do edifício, uma

remodelação seja mais complexa e onerosa do que a construção de um novo edifício. Acontece diversas vezes não haver dinheiro disponível suficiente para conversões adequadas, que deveriam solucionar problemas relativos ao meio ambiente inadequado, à poluição atmosférica e à segurança. Nestas circunstâncias, seria possivelmente melhor aplicar recursos escassos na construção de novos edifícios, simples e econômicos, em harmonia com o meio ambiente natural (THOMAS apud TEIJGELER, 2007).

Independentemente da funcionalidade, deve-se estar alerta para procurar indícios de eventuais problemas de modo a resguardar a nossa herança cultural.

Existem inúmeros fatores a considerar quando se adapta um edifício já existente: o exterior do edifício, paredes/pavimentos, paredes/portas, telhado, escoamento de águas, chão, sistemas de ar-condicionado, condutas, sistema contra incêndios, sistema de segurança, sistema elétrico, canalizações, proteções de amianto, sistema de iluminação, pragas. (LING, 1998).

4.2 Condições ambientais

O papel do edifício como o primeiro envelope de proteção contra a flutuação do meio exterior salienta a importância do controle ambiental para a preservação das coleções. A redução das fontes de umidade, calor e poluição, seja através da cobertura, das aberturas ou da infiltração através da infraestrutura, é o primeiro passo para o sucesso de um sistema de controle climático.

A conservação de [...] documentos em [...] arquivos depende, em grande parte, de um ambiente estável. A maioria dos problemas de degradação que ataca as obras/documentos é decorrente de um ambiente inadequado, sendo, portanto, um problema de conservação. Para um melhor controle preventivo é necessário conhecer as causas e os fatores que deterioram os materiais, e desse modo propor medidas de controle.

Qualquer material, mesmo que possua todas as propriedades físicas e químicas para durar séculos, sofre influências que prejudicam sua durabilidade. Essas influências são classificadas como: agentes internos, que provêm da matéria-prima e dos métodos de confecção; e agentes externos, que ocorrem a partir do uso e dependem do meio ambiente, da guarda, do manuseio e das intervenções. (CRUZ SOUZA, 2008, p. 3).

Conforme Cruz Souza (2008), quanto aos parâmetros ambientais, considerando a combinação de elementos, a ação da umidade nos documentos arquivísticos pode ser associada a três relações principais: alterações na forma e tamanho por dilatação e contração; reações químicas que ocorrem na presença de umidade e biodegradação.

A degradação dos documentos está relacionada à sua composição, assim como sua interação com o meio ambiente. Os materiais orgânicos utilizados como suporte – como madeira, couro, pergaminho ou papéis – são constituídos por fibras e/ou microfibras que podem ter sentidos ou orientações distintas. Na madeira, as fibras de celulose estão orientadas paralelamente entre si. No papel, pergaminho e couro, as microfibras estão distribuídas sem uma orientação preferencial. Desse modo, há a compreensão dos mecanismos de troca entre esses suportes e a água existente no meio ambiente.

Os suportes podem ser higroscópicos, ou seja, sua composição os faz sensíveis à umidade, seja esta sob a forma líquida ou gasosa ou podem ser em materiais hidrófobos, estes que por sua vez não possuem afinidade com a água.

A alteração provocada pelas interações aquosas é uma das causas principais de degradação. Por esse motivo, as variações de umidade relativa devem ser mínimas nesses ambientes, pois são as oscilações da umidade relativa do ambiente que irão provocar danos nos documentos em função das alterações dimensionais de seus compostos. Em conjunto com a umidade, o ataque biológico ocorre em condições de umidade relativa acima de 70%, nível em que a proliferação de fungos é alta.

Para que haja o conhecimento dos níveis de umidade e que assim não existam grandes oscilações, o monitoramento da umidade relativa e da temperatura deve ser constante. Este monitoramento é feito por meio de equipamentos, e é de

suma importância que há instrumentos que necessitam ser calibrados regularmente para certificar a precisão dos valores medidos. O psicômetro é um equipamento que mede a diferença da umidade relativa do ar pela diferença de temperatura de dois termômetros. Os dois valores medidos são convertidos, baseados em uma tabela, resultando no valor da umidade relativa. O higrômetro é um instrumento que funciona a partir das alterações dimensionais de seus sensores sensíveis à umidade. Essas alterações dimensionais do material acionam um ponteiro ou pena sobre o papel, apontando o valor da umidade relativa. O higrômetro e termo-higrômetro eletrônico possui um sensor de umidade composto de um sal higroscópico de que altera sua propriedade elétrica de dependendo da umidade relativa.

A partir da utilização destes aparelhos de monitoramento, a análise dos registros de umidade relativa e temperatura deve ser efetuada. Conforme Cruz Souza (2008) uma característica comum na América Latina é que, em vários países, algumas das instituições mais importantes possuem equipamentos de medição, contudo não os operam adequadamente, ou nem ao menos têm uma política ou metodologia que efetivamente analise os dados coletados.

Resultante da análise dos dados tem-se um sistema global de estratégias de monitoramento, sendo possível criar inúmeras comparações de uma sala específica com o edifício; entre salas; entre o comportamento de um dia, mês ou ano de um determinado espaço; entre o comportamento de uma área antes, durante e depois de reformas; entre os níveis máximos e mínimos. Há a possibilidade também identificar as áreas de risco, os horários, meses ou estações mais problemáticas, e logo propor adequações que atendam às necessidades reais de controle, por meio de estratégias de design, arquitetura, engenharia e climatização.

Em um plano geral, Cruz Souza (2008), exemplifica resumidamente os meios de controle ambiental, apresentando os sistemas usualmente empregados na tabela a seguir:

Tabela 3: Meios de controle ambiental, incluindo algumas vantagens e desvantagens.

MEIOS DE CONTROLE		
MEIOS	VANTAGENS	INCONVENIENTES
a) Mecânicos - climatização geral - ar condicionado	Sistema global - estabilização; conforto - controle de poluição	- não seletiva - risco de variações bruscas por pane - necessidade de manutenção constante - instalação cara e demorada
b) Mecânicos simples - desumidificadores - módulos de regulação	Sistema seletivo - utilização flexível - instalação simples - modulado em função das necessidades	- manutenção regular - risco de contaminação
c) Meios não mecânicos - materiais tampão - silicagel (*38%); alumina ativada (*20%) e sulfato anídrico de cálcio (*10%) * percentual de água absorvida	Sistema hiperseletivo - adaptação a cada volume e volumes pequenos	- necessidade de mobiliário e vitrinas seladas

Fonte: Luiz Antônio Cruz Souza (2008, p. 12).

Após verificarmos o que é vantajoso ou não à instituição, efetivamente, providências devem ser tomadas, garantindo desse modo a preservação do acervo. Algumas medidas são de baixo custo, não comprometendo os gastos usuais da instituição, como: reorganizar o espaço interno, utilizando as áreas mais seguras para guarda de acervos; organizar o espaço de guarda a partir das características comportamentais dos acervos em relação ao excesso, carência ou flutuações de umidade e temperatura; investigar as fontes de umidade como vegetação, vazamentos, solo, limpeza, e propor medidas emergenciais.

A iluminação é um dos mais importantes agentes de degradação para a conservação preventiva. A radiação luminosa se manifesta como uma ação que não pode ser estabilizada ou interrompida. Significa que quando o objeto passa a ser desconfigurado pela ação da luz, como na alteração da cor em papel e tecido, esse processo seguirá até a perda da informação.

Em um primeiro momento, podemos classificar as fontes luminosas em naturais e artificiais. As principais fontes utilizadas para iluminação interna podem

ser classificadas como incandescente (tungstênio, sol e chama), fluorescente e de descarga de alta intensidade. As lâmpadas incandescentes têm pouca durabilidade, produzem luz relativamente desagradável, possuem elevado custo de operação e substituição e geram grandes quantidades de calor. As lâmpadas de descarga de alta intensidade, não são normalmente utilizadas para a iluminação de interiores pelo seu rendimento de cor insatisfatório, por produzirem quantidades muito grandes de radiação ultravioleta (UV) e aumento significativo de temperatura. As lâmpadas fluorescentes são a fonte de iluminação mais comum, embora também produzam calor e emitam valores altos de ultravioleta.

Para proteger o acervo, conforme Cruz Souza (2008) devemos cortar a radiação UV, eliminar a radiação infravermelha e restringir as radiações visíveis em intensidade e tempo. Nesse sentido, algumas atitudes básicas são necessárias.

- Diminuir a luz ambiente, expondo o menor tempo possível os objetos;
- Diminuir sua intensidade e seu período;
- Colocar filtros nas janelas, vidros, globos. Os raios ultravioleta são os mais nocivos; para tanto as lâmpadas fluorescentes são as menos aconselháveis, a não ser aquelas protegidas por um difusor (acrílico leitoso) ou uma barreira (filtro UV);
- Lâmpadas incandescentes são muito quentes e devem ficar distantes dos objetos;
- Jamais expor qualquer objeto ao sol;
- Observar sempre a luz natural incidente e a posição das janelas, evitando-se que estantes, prateleiras, mesas de estudo recebam os raios solares diretamente (em qualquer hora do dia);
- Acondicionar os documentos em caixas e envelopes próprios. (CRUZ SOUZA, 2008, p. 21).

Em consonância com Trinkley (2001), uma vez que a luz é também energia física ou radiante, ela causa a deterioração de todos os materiais orgânicos. Muitos corantes e pigmentos esmaecerão com o tempo se expostos à luz. O papel, o microfilme e outros materiais deteriorarão. Embora todo tipo de luz seja danoso, a radiação UV é significativamente mais nociva ao acervo de um arquivo que as demais fontes. A luz natural constitui uma preocupação particular, por apresentar um nível extremamente elevado de UV se comparado às demais fontes de iluminação.

Conseqüentemente, o objetivo ideal para os arquivos é desenvolver maneiras de utilizar as qualidades da luz ambiente e, ao mesmo tempo, proteger as coleções de sua exposição direta. Para Trinkley (2001), deve ser incluído o uso de abóbadas com aberturas e pátios internos para introduzir a luz natural no edifício. Outras instituições têm utilizado persianas verticais fixas, permitindo a penetração indireta da luz na estrutura, refletindo em superfícies projetadas, e controlada pela posição das mesmas. Já os níveis de radiação UV emitidos pelas lâmpadas fluorescentes podem ser controlados através da utilização de filtros ou lâmpadas de baixa emissão de UV. Qualquer redução nos níveis de luz constituirá uma economia, reduzindo o dano ao acervo e, desse modo reduzindo custos de refrigeração, diminuindo o ganho de calor.

O sistema de climatização abarca uma questão de preservação problemática, pois deve proporcionar uma fonte constante e estável de umidade, temperatura e controle da qualidade do ar. Trinkley (2001) esclarece que o objetivo de qualquer programa de construção ou de reformas envolvendo o sistema de climatização deve ser proporcionar um equipamento que auxilie, não que impeça a preservação dos acervos. Significando assim, a manutenção dos níveis apropriados de umidade e temperatura, o fornecimento de um ar limpo e filtrado e a redução dos níveis de poluentes no ar.

Para Güths (2004, p. 65), o controle efetivo da temperatura e da umidade relativa é normalmente obtido com sistemas de condicionamento de ar tipo central, com sistema de aquecimento e controle específico da umidade relativa. Trata-se de um sistema eficiente e se bem projetado/executado proporciona níveis e oscilações aceitáveis da umidade relativa e da temperatura. Como inconveniente, apresentam elevado custo de instalação, manutenção e de consumo de energia. Uma maneira de reduzir o consumo de energia é a concentração dos acervos frágeis em ambientes menores, porém isolados higro-termicamente.

Em um ambiente com qualidade de preservação, a umidade é mais importante que a temperatura e deve ser controlada primeiro. O crucial para a preservação do acervo é evitar as flutuações, que podem ser mais danosas que níveis constantes, quaisquer que sejam eles.

Em reformas de edifícios, como melhoria provisória, primeiramente deve ser discutida a vedação da estrutura. Esta única medida tornará o prédio resistente,

reduzirá a infiltração de ar, a infestação, a carga de aquecimento e resfriamento, a poluição do ar e a quantidade de partículas em suspensão no edifício. A impermeabilização reduzirá as fontes de vapor de água no interior e pode reduzir significativamente os níveis de UR.

[...] a utilização de sistemas passivos para o controle climático dos interiores de edifícios, em detrimento dos sistemas ativos, ou pelo menos acarretando sua redução, vem sendo largamente pesquisada para todas as tipologias de edifícios. Tais investigações visam, além da redução dos gastos energéticos, a favorecer o conforto ambiental, adequando a arquitetura às condições climáticas do entorno. (CARVALHO, 1998, p. 8).

Devemos utilizar ao máximo, os recursos naturais renováveis e gratuitos, eliminando gastos energéticos excessivos, assim pondo em prática o desenvolvimento de estratégias de projetos e alternativas tecnológicas para a preservação da informação.

4.3 Segurança

Um desastre ou uma emergência pode ser desde um descuido como deixar uma janela aberta durante uma chuva forte até a uma catastrófica inundação. O certo é que todos os arquivos devem estar preparados para o pior. Os desastres precisam ser previstos de modo a serem controlados, ou no mínimo, de modo a serem minimizadas as suas consequências.

Deve ter-se em conta que cada coleção, cada edifício, cada situação é única e por isso cada instituição tem que elaborar o seu próprio plano para a prevenção e controlo de desastres. De uma maneira geral, saber reagir a um desastre é da responsabilidade de todos aqueles que detêm

responsabilidades públicas. Assim, a prioridade de cada arquivista deve consistir no desenvolvimento de um plano de prevenção de desastres e desenvolvê-lo; mesmo que não seja perfeito, diminuirá os danos causados nas coleções valiosas. Além disso, a reflexão e a elaboração prévia de planos contribuem para a eliminação do pânico, para assegurar a tomada de decisões adequadas, bem como a execução das etapas do plano. (TEIJGELER, 2007, p. 134).

Uma situação de desastre pode ser considerada um estado temporário provocando uma mudança brusca no ambiente com consequências assoladoras. Os desastres podem ser naturais ou provocados pelo homem. Os desastres naturais são aqueles causados por fenômenos naturais, como, abalos sísmicos, furacões, ciclones e secas. Os desastres provocados pelo homem resultam de falhas humanas, como, fogo, explosões, choque e fugas de água. Também considerados como desastres provocados pelo homem, estão as ações terroristas, guerra e conflitos armados.

Elemento de crucial importância no planejamento do controle de desastres é o planejamento financeiro. O financiamento para o controle de desastres está associado às medidas preventivas e à reação ao acidente propriamente dito. Quanto a gestão financeira dos edifícios, este pode ser considerado o mais oneroso, destinado a diminuir os riscos de danos relacionados com as características do edifício.

Um edifício constitui, em primeiro lugar, um abrigo destinado à proteção dos documentos de riscos provenientes do exterior. Esse abrigo deve assegurar um ambiente seguro tanto para o armazenamento de registros como para a sua consulta, muito embora em muitos casos o edifício represente por si só uma ameaça com elevado fator de risco associada à própria estrutura do edifício ou aos serviços nele instalados. Frequentemente, a necessidade de proteção dos arquivos contra riscos inerentes ao próprio edifício é constatada demasiadamente tarde, muitas vezes quando se sofre a experiência de um incêndio. Quando um novo edifício de arquivo é planejado, há a rara oportunidade de reduzir os riscos de acidentes através da incorporação de sistemas de prevenção próprios. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ICA, 2000, p. 21-22).

Quanto aos edifícios reciclados, o Conselho Internacional de Arquivos pondera que:

A gestão de riscos associados a um edifício já existente pode também exigir a disponibilidade de um financiamento substancial, constituindo igualmente uma situação convincente junto das entidades financiadoras. Este financiamento pode ser mais difícil de obter se os riscos constatados não forem reconhecidos por outros. A destruição e as consequências que advêm do risco de acidentes como o fogo, devem servir como argumento para a obtenção de mais fundos bem como de custos relativos a não tomada das medidas mencionadas. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ICA, 2000, p. 22).

A prevenção de desastres faz referência tanto às medidas tomadas para prevenção dessa eventualidade, como às medidas postas em prática para prevenir ou limitar a exposição das coleções aos efeitos de um possível acidente. A atenção necessita estar voltada numa avaliação das preocupações da instituição para os riscos advindos do exterior do edifício, para a estrutura da edificação e seus serviços, para o material instável nos acervos e para os indivíduos que tenham como alvo o arquivo.

Os riscos provenientes do exterior do arquivo incluem perigos ocasionados por condições climáticas extremas, explosões e ameaça de choques ligados a atividades no entorno do edifício. Riscos vindos da estrutura do edifício e seus serviços pressupõe ser comumente a todas as instituições e têm demonstrado ser uma área de risco iminente, causando diversos danos resultantes da inadequação da arquitetura do edifício ou da qualidade da construção. Em consonância com o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) (2000), geralmente são incluídos nesta área de risco, os acidentes com fogo, inundações, resultantes de quebra de canalizações, colapso do edifício e edifícios pouco resistentes às condições atmosféricas do local. Nos acervos, o tipo de risco mais comum provocado por materiais instáveis vem da existência de filmes de nitrato de prata que podem entrar em combustão espontaneamente se estiverem degradados e armazenados em condições impróprias. Nos riscos provocados por pessoas estão os riscos de

incêndio criminoso por vandalismo e, além disso, ameaças relacionadas com o fato de o arquivo constituir-se de um objetivo político, findando a destruição da identidade cultural.

Após, o programa de gestão de risco deve ser estudado, muitas das vezes propondo alterações no plano do edifício, na disposição dos serviços, nas ações de controle de fogo e na aplicação de adequadas e eficientes normas de segurança, podendo desse modo reduzir substancialmente o risco de ocorrência de um desastre por meio de um conjunto de medidas. Evidentemente que a maioria das instituições não dispõem de recursos financeiros para efetivamente executar por completo um programa de prevenção de desastre bem como as ações de gestão adequadas, por isso, de acordo com o Conselho Internacional de Arquivos (2000):

As instituições devem por isso constituir as suas próprias listas de prioridades de ação e implementar cada uma delas logo que os recursos estejam disponíveis. Deve ter-se em conta a proteção das áreas mais importantes ou mais vulneráveis do edifício, talvez aquelas que abriguem alguma coleção especial ou uma área que represente por si só um risco elevado. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ICA, 2000, p. 40).

Mesmo que o risco seja reduzido em uma grande área através de medidas preventivas, não há a possibilidade de garantir uma proteção total; a permanência de alguns riscos é inevitável. Em vista disso, é imprescindível possuir planos de contingência para haver reação ao desastre, com o intuito de enfrentar uma situação de emergência. Essa é a capacidade de resposta que a instituição deve definir. Medidas de reação ao desastre são de suma importância para minimizar e proteger a documentação que não foi afetada, assim devendo ser elencadas ações prioritárias, avaliando a situação e observando quais danos possam ter ocorrido.

Posteriormente ao momento de ações emergenciais, é iniciada a fase de recuperação do material danificado, existindo menor urgência de atuação do que em processos anteriores. Qualquer desastre que aconteça precisa ser relatado por completo, já que este documento será de grande valia para tirar conclusões do acidente e beneficiar outras instituições, tendo a informação difundida.

5 ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO (AHPAMV)

O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV) pertence à Coordenação da Memória Cultural da Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Está localizado na Avenida Bento Gonçalves, 1129, Bairro Partenon, em Porto Alegre/RS, possuindo os seguintes horários de atendimento ao público: de segunda à sexta, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

5.1 Histórico do AHPAMV

No século XVIII, ainda um povoado pertencente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Porto dos Casais foi desmembrado da Freguesia a que integrava tornando-se uma nova Freguesia, e passou a se chamar Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. Em seguida, em 1733, novamente seu nome foi alterado para Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Somente em 1808, em razão do alvará do Príncipe Regente, Dom João, é que a Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre é elevada à condição de Vila.

A partir de 14 de novembro de 1822, quando a então Vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre é elevada a categoria de cidade, começam a surgir preocupações quanto à conservação e guarda dos documentos públicos do município de Porto Alegre. Nesse contexto, o AHPAMV possui suas origens no Arquivo da Câmara Municipal que, em meados de 1830, providencia a construção de um móvel adequado para a guarda dos documentos e, em 1841, aprova a contratação de uma pessoa para a escrituração da documentação. Após, em 1896, atos instaurados pela Secretaria da Intendência regulamentam a inspeção do

Arquivo da Intendência, assim como, delegam competência aos chefes de secção de enviar para o Arquivo, documentos que não eram mais necessários ao serviço corrente da secção. Assim, surge a figura do arquivista, pessoa responsável pelo gerenciamento da documentação, inclusive com atribuições determinadas pela Diretoria Central da Secretaria da Intendência. Em 1925, é nomeado o arquivista da Intendência, fornecendo uma visão de organização dos serviços da Intendência Municipal.

A partir de julho de 1928, surgem novas preocupações por parte da Intendência quanto à organização de uma Biblioteca e à reorganização do Arquivo Municipal, visando facilitar a consulta de livros e documentos. Desse modo, surge a Diretoria de Arquivo e Biblioteca e, em 1939, é criado o cargo de auxiliar de arquivista, com o objetivo de dar mais atenção na organização do Arquivo.

Em razão da Lei nº 1.413, de junho de 1955, que reorganiza os serviços da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Diretoria do Arquivo e Biblioteca foi modificada, tornando-se Serviço de Documentação. Desta forma, a documentação considerada de valor histórico era armazenada no mesmo local que a biblioteca especializada.

Após diversas mudanças de local, a partir de 1972, o acervo documental de caráter histórico, começou a ser restaurado e ter seus fundos documentais classificados. Em 1973, informalmente, é criado o Arquivo Histórico de Porto Alegre, o qual era encarregado do inventário, da classificação e catalogação dos documentos e, em 1975, surgem registros de consulentes da documentação.

Em 1988 é oficialmente criado o Arquivo Histórico vinculado à, então instituída, Secretaria Municipal da Cultura. Em 1989, a Lei nº 6.387 regulamenta o nome do Arquivo, sendo chamado desde então de Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

E, somente em 1994, que as instalações do Arquivo Histórico foram fixadas de forma definitiva, cumprindo sua missão de recolhimento, guarda, conservação e disponibilização dos documentos considerados de valor histórico para o município de Porto Alegre.

5.2 Finalidades do AHPAMV

O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho é a instituição responsável pelo recolhimento, conservação, preservação, organização, recuperação e/ou restauração e disponibilização de documentos de valor histórico, principalmente do Poder Executivo e Legislativo municipal, provenientes da administração da Prefeitura de Porto Alegre. O acervo conta com aproximadamente um milhão e 500 mil documentos, constituído por documentos textuais e cartográficos, datados de 1764 até a década de 1990, os quais mostram todo o desenvolvimento do município e da população, remontando a história e identidade dos cidadãos porto-alegrenses.

O acervo disponibilizado ao público torna um instrumento cultural bastante importante, para que as pessoas possam conhecer a cidade e ao mesmo tempo exercer a cidadania e democracia, através de acesso à informação. Além disso, o AHPAMV conta com um Programa de Educação Patrimonial direcionado ao público estudantil, com o objetivo de conscientizar a necessidade de preservação de bens patrimoniais documentais, culturais e naturais. Além deste programa de educação patrimonial, o AHPAMV também realiza visitas guiadas à comunidade, fornecendo informações sobre a instituição e história da cidade de Porto Alegre.

5.3 Acervo do AHPAMV

Quanto aos fundos documentais públicos, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho custodia documentos permanentes oriundos dos poderes Legislativo e Executivo do município de Porto Alegre, que, conjuntamente, tornam possível a administração pública.

Esses documentos, de natureza jurídica pública, acumulam-se organicamente e, após terem cumprido sua função primária, isto é, seu uso administrativo, legal ou funcional, e decorridos todos os prazos estabelecidos, devem ser recolhidos ao arquivo permanente, também chamado arquivo histórico.

O Arquivo Histórico de Porto Alegre foi originalmente constituído fora de um processo de gestão documental. A documentação que a ele deu origem, por ter sido considerada histórica, foi afastada do processo administrativo que a produziu, conforme descrito na trajetória histórica da Instituição. Esse afastamento se mantém, haja vista a existência de duas instituições arquivísticas, sendo uma, o Arquivo Público Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Administração (SMA), e outra, o Arquivo Histórico afeto à Secretaria Municipal da Cultura (SMC).

A inexistência de vínculo administrativo entre os dois arquivos instituídos e do Arquivo Histórico com as demais Unidades Administrativas da Prefeitura acarreta na falta de critérios que norteiem e padronizem o recolhimento de documentos permanentes. Assim, as incorporações vêm acontecendo por iniciativa das próprias Unidades Administrativas as quais, ou encaminham documentos para guarda definitiva, ou solicitam, à Instituição, a sua busca, determinando a existência, no Arquivo Histórico, de documentos considerados das fases intermediária e, até mesmo, corrente. Outra implicação que disso decorre é a existência de lacunas temporais na documentação, que serão variáveis em seus períodos e frequências conforme a unidade administrativa produtora da documentação, a continuidade ou não do envio dos documentos e suas datas-limite. Além disso, a documentação recebida sem tratamento arquivístico anterior precisa passar por um processo de seleção e organização no Arquivo Histórico, na qual são eliminadas cópias idênticas, vias excedentes de originais múltiplos, formulários em branco, documentos de outras proveniências, documentos não arquivísticos, documentos recebidos via fax-símile, forma de comunicação que, substituindo o documento “original”, acarreta perda de informações. Feita a seleção, os documentos encontram-se em condições de serem classificados, ou seja, de serem inseridos no quadro de arranjo que embasa toda a organização do acervo arquivístico.

No Arquivo Histórico, a definição dos fundos e subfundos apoiou-se na estrutura da administração municipal. Essa definição foi estabelecida por pesquisa nos atos administrativos, a partir dos quais se elegeram unidades estruturais

formadoras desses primeiros níveis de organização documental. Na determinação dos subníveis subsequentes, não foi seguido o mesmo critério, tendo sido, para tanto, considerados: estrutura, funções/atividades e assuntos.

Num processo de gestão documental estabelecido, todos esses passos já estariam cumpridos, o que permitiria à Instituição dar maior ênfase ao seu objetivo primeiro, o de tornar, eficiente e eficaz, o acesso à documentação.

Classificados, os documentos passam por processo de higienização, sendo, finalmente, acondicionados para encaminhamento à sala do acervo.

Esse acondicionamento é feito conforme as características físicas apresentadas pelos suportes da informação. Os documentos mais antigos, formados, em sua maioria, por manuscritos, encontram-se sob a forma de livros ou encadernados, sendo esses dispostos nas prateleiras das estantes de aço, horizontalmente, com o devido cuidado para que o peso seja adequado à manutenção da sua preservação e facilidade de manuseio. Os demais documentos, dentre eles, os textuais datilografados, mimeografados e impressos, os processos e dossiês, os documentos iconográficos que vão desde fotografias até cartazes, folders entre outros, e os bibliográficos encontram-se acondicionados, preferentemente, em caixas de polionda, também dispostas nas prateleiras das estantes. Para os iconográficos de formatos maiores do que os convencionais são confeccionados envelopes de papel neutro no tamanho adequado ao dos documentos que conterão, sendo dispostos horizontalmente nas prateleiras, ficando arquivados separadamente dos processos ou dossiês dos quais são parte constitutiva.

A documentação do gênero cartográfico, também integrante dos processos, dossiês e leis, é formada por pranchas nas quais são executadas plantas, mapas, desenhos técnicos e outros, sendo seus suportes das mais variadas gramaturas, composições e texturas, como, por exemplo, papel linho e papel vegetal, além de grande diversidade de tamanhos. E são essas características singulares que norteiam o trabalho técnico especializado que vem sendo desenvolvido, no que diz respeito à organização, ordenação e acondicionamento desses documentos, visando também a uma eficaz recuperação e disponibilização ao usuário. Assim, três grandes grupos compõem a linha mestra da sua organização e arquivamento:

A Cartografia propriamente dita, formada por mapas, plantas, cartas geográficas, hidrografia, topografia, geopolítica, levantamentos aerofotogramétricos e cadastrais, de áreas diversas ou específicas da Cidade, seu entorno e também de alguns municípios da zona metropolitana.

O Planejamento Urbano que agrega áreas verdes, arte urbana, áreas urbanizadas e não urbanizadas, urbanização como processo em evolução, arruamentos, ruas, avenidas e estradas; planos diretores e de melhoramentos, pistas, pontes, túneis e viadutos, sistema viário e outros, além da prestação de serviços em rede, como abastecimento de água, correio, esgotos, iluminação pública, lixo, pavimentação, telefonia e transportes.

As Edificações, aglutinadas conforme a funcionalidade de cada uma e ordenadas alfabeticamente. Assim tem-se, por exemplo, instituições culturais, educacionais, esportivas, financeiras, funerárias, hospitalares, religiosas; prédios públicos, pertencentes às três instâncias do poder administrativo, e prédios privados, residenciais e comerciais.

O arquivamento das cerca de 8.800 pranchas existentes é feito em onze mapotecas verticais e duas horizontais.

Quanto ao fundo e coleções privadas, foram recebidos pela Instituição, em doação, dois acervos privados, incorporados ao seu acervo devido à importância que tiveram para a história político-social, não só de Porto Alegre, mas do Estado e do País, sendo um fundo, formado por documentos provenientes de um conselheiro municipal, Francisco Xavier da Costa, de origem humilde que ascendeu na carreira política, e uma coleção, formada por textos e obras mantida pela Capela Positivista de Porto Alegre, que dizem respeito à filosofia defendida por seus seguidores.

A Biblioteca existente no Arquivo está instalada na Sala de Pesquisa e foi constituída para servir de suporte/apoio aos usuários do Arquivo, nas suas pesquisas junto às fontes primárias, os documentos. Assim, os temas abordados em seu acervo giram, primeiro e principalmente, em torno da formação e do desenvolvimento de Porto Alegre e arredores, nos eixos histórico, político, econômico, rural, urbano, social, cultural e ambiental sendo, por isso, considerada uma Biblioteca Especializada. Outro assunto que nela pode ser pesquisado é a arquivologia ou arquivística, possuindo considerável número de obras. A biblioteca

possui livros, periódicos, teses, revistas, catálogos, dicionários, entre outros, sendo complementada por coleção de recortes de jornais, pela Hemeroteca e coleções da Legislação Federal, Estadual e Municipal. A coleção de recortes de jornais vem sendo, sistematicamente, atualizada, perfazendo um total aproximado de dezessete mil e quatrocentos recortes. Está indexada por assuntos aos quais estão vinculados os números dos recortes, e seu acesso é através de planilha eletrônica ou de fichas catalográficas.

Um novo conjunto de livros foi agregado à Biblioteca recentemente, estando em processo de catalogação e organização, denominado coleção “Walter Spalding”. Seu ingresso no acervo do município ocorreu por doação de familiares. São dois mil e trinta e quatro livros, datados desde a metade do século XIX, que versam, entre outros assuntos, sobre História do Rio Grande do Sul e do Brasil, folclore, etnografia, geografia, além de livros de poemas, dicionários, tratados, livros de cartas, anais, poesias gaúchas e literatura estrangeira que foram integrados ao ambiente cultural do Arquivo Histórico. Para que se pudesse acolher a coleção, foi necessária a instalação de arquivos deslizantes, visando à otimização do uso dos espaços da sala que devem ser adequados para o desenvolvimento das pesquisas pelo seu público.

A hemeroteca do Arquivo Histórico é formada por cerca de 40 títulos entre jornais, revistas, almanaques e boletins, sendo a maioria deles de edição local, estando encadernados por períodos e preservados na área do acervo. É encontrado, também, grande número de suplementos, encartes e jornais avulsos.

O período compreendido pelos jornais tem início em 1835 até a década de 1980, sendo os demais periódicos encontrados desde 1883. Desses últimos, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul é, sistematicamente, enviada ao Arquivo. As coleções não estão completas, existindo lacunas temporais de maior ou menor extensão dependendo do periódico, em vista das doações de números variáveis de publicações e, até mesmo, unitárias, feitas à Instituição.

Em relação à legislação, para embasar e complementar as pesquisas dos usuários e os trabalhos técnicos arquivísticos, existem coleções da legislação relativa às três esferas do poder público.

Na esfera da Federação, a coleção abrange três períodos marcados pelas distintas formas de governo e fases de transição: Brasil Colônia: 1811 a 1822; Brasil Império: 1823 a 1882; Brasil República: 1894 a 1968. A legislação estadual engloba os períodos de governo provincial, de 1857 até 1889, transitório e estadual, 1890 até 1973. No que diz respeito às leis municipais, a coleção reúne desde o primeiro Ato do Intendente em 1892, até o ano de 1968, com alguns volumes em duplicata.

Todos os períodos apresentam lacunas, por vezes bastante grandes, estando as coleções encadernadas, sendo que os volumes mais antigos necessitam de maiores cuidados no tocante ao seu manuseio e conservação.

O AHPAMV dispõe de publicações, os quais possuem o objetivo de servir como instrumento de pesquisa ao usuário. O Guia do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, publicado em 2009, visa prover subsídios para a rápida localização de informações existentes em seu acervo, disponibilizando informações sobre seu espaço cultural e natural. Nesse viés, o Guia apresenta a instituição, proporcionando ao público, conhecimento sobre seu universo informacional e cultural.

5.4 O espaço e a preservação de acervos no AHPAMV

Como já referido na seção 3, que trata a metodologia utilizada neste trabalho, os dados coletados quanto ao espaço e a preservação de acervos no AHPAMV, foram obtidos a partir de um roteiro para registro fotográfico (APÊNDICE A) dividido em três categorias: macroambiente, medioambiente e microambiente. As 57 fotografias foram divididas em dez pranchas fotográficas, estas finalmente sendo analisadas por meio de exercícios de percepção ambiental/espacial, em conformidade com Arnheim (1988-2001) – e o estudo de outros autores – e por meio de confrontações perante o que foi analisado na seção 4, referente à conservação preventiva.

Seja em um edifício adaptado ou em uma construção nova, projetada especificamente para essa finalidade, as relações de uso do Arquivo são definidas por diversos parâmetros correlacionados: o entorno (características geográficas e climáticas); a estrutura material da edificação e suas condições; as características tipológicas do acervo que abriga e suas relações de uso (pesquisa, exposição e guarda). (GONÇALVES et al., 2008, p. 5).

5.4.1 Macroambiente

O macroambiente refere-se do prédio para fora, como localização urbana, geografia, vegetação e paisagismo próximos ao edifício, calçamento, entre outros fatores.

A cidade de Porto Alegre está localizada em uma região de clima subtropical úmido, que é caracterizada pela umidade e temperatura elevada. A cidade possui umidade relativa do ar de 76%, precipitação anual média de 1.324 mm e ocorrência média de inversões térmicas de 148 dias/ano.

O AHPAMV curiosamente está situado em uma área onde se deu a origem do Bairro Partenon que, conforme Franco (1992) expõe, o nome faz referência ao templo Partenon, localizado em Atenas, Grécia, que tinha por objetivo homenagear a Deusa Minerva. Em Porto Alegre, o nome Partenon foi adotado por um grupo de literatos, que criou a “Sociedade do Partenon Literário”, fundada no ano de 1868. Seus associados sonhavam construir ali uma réplica do Partenon Grego. Notícias da época dão conta que, em 1873, onde hoje é a Igreja Santo Antônio, nos altos da rua Luiz de Camões, foi solenemente lançada a pedra fundamental do templo, que se manteve somente nessa inauguração. Na mesma conjuntura em que estava sendo planejado o Partenon, se estabelecia também um grande plano de urbanização e loteamento para a área, valorizando a natureza e o clima agradável da região.

Atualmente, o bairro é cortado pela a Av. Bento Gonçalves, que se tornou uma das principais artérias da cidade de Porto Alegre, era conhecida por “Estrada do Mato Grosso”.

As primeiras ruas que geraram as demais foram a Rua Doutor Caldre Fião, atualmente Rua Paulino Chaves, mas que cedeu seu nome a outra, um pouco mais abaixo da original, e a 18 de junho, dia da fundação da Sociedade Partenon Literário, não existindo mais e não deixando muito registro da sua localização, supõe-se apenas que era a Luiz de Camões.

O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho situa-se em um quadrilátero com área limítrofe peculiar, isto é, confronta-se ao norte com a Avenida Bento Gonçalves (linha em vermelho), ao sul com a Rua Paulino Chaves (linha em amarelo), ao leste com a Rua Luiz de Camões (linha em verde) e a oeste com a Rua Teixeira de Freitas (linha em azul), referente à figura 1. Estas vias que sabidamente concentram um intenso fluxo de carros e pedestres, principalmente ao norte da área, esta em que grande parte do terreno do AHPAMV está voltado. O Arquivo Histórico de Porto Alegre está localizado na Avenida Bento Gonçalves, em prédios cuja construção data de fins do século XIX.

Esta localização acarreta diversos inconvenientes para a conservação de qualquer acervo. Dentre elas, a poluição do ar devido ao intenso tráfego de veículos nestas ruas. A poluição gerada pelos automóveis que é composta por CO₂ e partículas de fuligem em suspensão, que vão se depositando ao longo do tempo sobre os documentos. O ambiente é pensado como um todo, para além dos limites construídos, limites palpáveis. Antes da construção ou reciclagem de uma edificação de arquivo, o ambiente exterior precisa ser avaliado.

O entendimento de que a experiência adquirida pelo homem exerce influência na percepção deve ser considerada; compreendendo que uma ação do conhecimento que tem como material a informação do meio em que vivemos e o que já está registrado em nossa memória.

Devemos ressaltar a importância da organização e dos relacionamentos de estímulos, para que as pessoas percebam elementos visuais como padrões organizados ou como conjuntos visuais, ao invés de partes isoladas. Sintetizando, o

homem busca significado nos objetos e nos espaços que o cercam, identificando desse modo a função primordial da percepção.

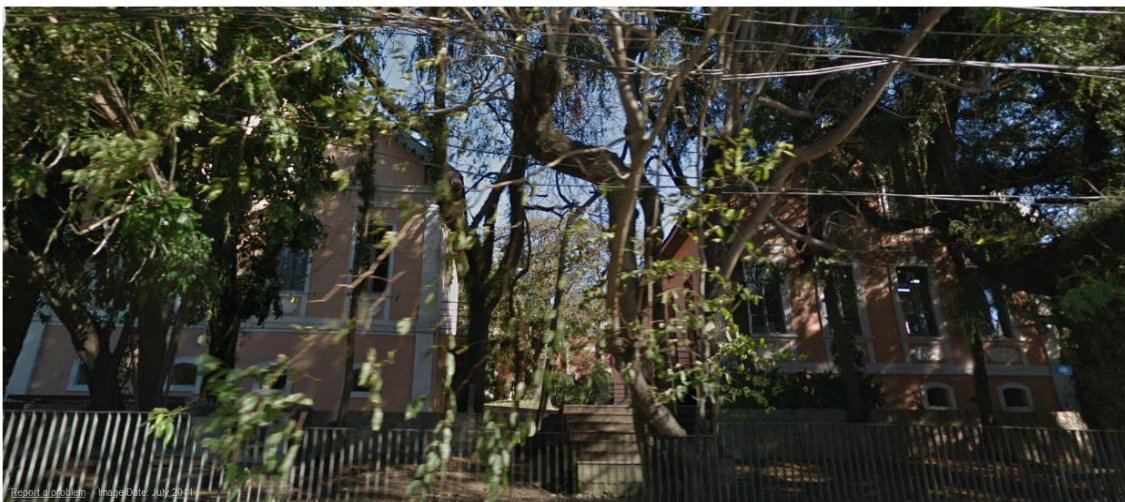
Conforme Arnheim (2001), a orientação espacial pressupõe uma moldura de referência.



1



2



3

Figura 1 – Localização urbana do AHPAMV. **Fonte:** Google Earth (2012).
Figura 2 – Perspectiva integral da localização do AHPAMV. **Fonte:** Google Satellite (2012).
Figura 3 – Vista frontal do AHPAMV pela Avenida Bento Golçalves (lado norte). **Fonte:** Google Street View (2011).

O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho encontra-se dentro de uma extensão de cinco mil, seiscentos e noventa e quatro metros quadrados, onde se procurou manter e preservar a vegetação existente.

Em relação ao seu entorno e terreno, o AHPAMV possui vasta vegetação arbórea. O Arquivo é circundado por árvores e há grande concentração de vegetação ao sul de suas instalações. A grande densidade de vegetação protege de certa forma da poluição vinda das avenidas e em alguns pontos, da radiação solar – como na fachada voltada ao norte. Segundo Ogdem (2001, p. 17), o paisagismo do AHPAMV está dentro dos limites aceitos para a conservação do acervo.

Os gramados e as plantas devem ser separados por, pelo menos, 50 cm dos prédios que abrigam acervos culturais. Se possível, deve-se verificar todo material que entra no prédio quanto à existência de roedores e, especialmente, de insetos. Isto inclui as novas aquisições, o material que retorna de empréstimos e todos os equipamentos, suprimentos e materiais de embalagem.

Mesmo estando dentro dos limites de distância entre a vegetação e a construção, o Arquivo parece estar demasiadamente envolvido por plantas rasteiras e árvores com copas robustas e altas. Assim como fator positivo no que tange a proteção contra a poluição e aos raios solares, pode ser seguramente percebido como um fator negativo, no que diz respeito a maior propensão à infestação de agentes biológicos e a desastres como a queda de árvores de grande porte, podendo comprometer a estrutura da construção. Consideramos a vasta quantidade de vegetação um problema, ao contrário do que Ogdem (2001) cita, o parâmetro para a segura preservação do acervo quanto à vegetação deve ser pensada qualitativamente, não em um sentido métrico. Vemos que a percepção de riscos quanto ao Arquivo por meio da vegetação é um tema que não pode ser visto de um único ponto de vista, já que sua configuração é modificada de acordo com o ponto a partir do qual é observado.

Para Giedion (2004), a fim de apreender a verdadeira natureza do espaço, o observador deve se projetar através dele. A essência do espaço é sempre função de seu caráter multifacetado, do conjunto de relações possíveis que permite estabelecer. Os espaços gerados na construção de um ambiente criam entre si relações que norteiam o indivíduo para a percepção de espaço, incluída assim a ideia de deslocamento, isto é, a passagem de um ambiente a outro, interno ou externo. Portanto, o espaço é percebido dentro do contexto daquilo que contém, das sensações múltiplas.



4



5



6



7



8



9

Figura 4 – Rochas e vegetação na entrada do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 5 – Rochas e vegetação na entrada do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 6 – Paisagismo próximo da edificação dentro dos limites estabelecidos. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 7 – Solo e vegetação no lado norte do terreno do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 8 – Vegetação vasta no lado sul/oeste do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 9 – Árvores de grande porte próximas ao anexo da casa 2 do AHPAMV, lado sul/leste. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

5.4.2 *Medioambiente*

O medioambiente refere-se ao prédio e as salas, como estilos arquitetônicos, períodos (épocas), técnicas construtivas, sistemas construtivos, estrutura, disposição interna dos espaços, instalações elétricas e hidráulicas, segurança física e proteção contra incêndio, limpeza e manutenção, iluminação, umidade, climatização, entre outros fatores.

Em levantamento historiográfico, disponível no acervo da Instituição, constatou-se que os dois casarões reciclados, antes construções residenciais, foram construídos na década de 1890, pelo Senhor Eugênio Pinto Cardoso Malheiros, viúvo e bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1861, tendo sido Deputado provincial (1871/72), Procurador da Fazenda Nacional e Promotor Público em Porto Alegre (1863/66).

Posteriormente, em 1902, o Senhor Malheiros escritura esse patrimônio como dote para sua futura esposa, Dona Maria Júlia Menna Barreto, conforme Contrato Antenupcial de 15 de maio.

No ano de 1914, as casas são passadas para Octacílio de Azevedo Caminha por certidão do segundo casamento da Senhora Maria Júlia Menna Barreto. O casal residia então no Rio de Janeiro. Os imóveis são arrendados ao Governo do Estado para funcionamento de estabelecimentos de ensino. O Colégio Elementar Parthenon, antes Grupo Escolar Parthenon e posteriormente Colégio Elementar Oswaldo Aranha, Grupo Escolar Inácio Montanha e Escola Estadual de 1º e 2º Graus Inácio Montanha, em que funcionou de 1925 até a sua instalação na Avenida João Pessoa em 1943. Depois que a Escola Inácio Montanha mudou-se, um Grupo Escolar instala-se nas casas. É o Grupo Escolar Onofre Pires que aí passa a funcionar no ano de 1943. No ano seguinte, o Grupo Escolar tem sua denominação alterada, por decreto estadual, para Grupo Escolar Apeles Porto Alegre, seguindo suas atividades no mesmo local. Em 1951, um decreto municipal desapropria o imóvel, que é declarado de utilidade pública para a construção de prédios destinados a grupos escolares. Apesar da desapropriação, o Colégio Estadual Apeles Porto Alegre continua seu funcionamento normal nos prédios.

É criado pelo Estado, em 1962, o Ginásio Estadual no Bairro Santo Antônio. O decreto estadual determina, também, que o estabelecimento “entrará em funcionamento no ano de 1963, no prédio do Grupo Escolar ‘Apeles Porto Alegre’ da mesma localidade.” Assim, ambos passam a funcionar no mesmo espaço. O Ginásio Estadual passa a chamar-se Ginásio Estadual Arlindo Pasqualini em 1965, mas continua funcionando contíguo ao “Apeles”. Em 26 de junho de 1976, é inaugurado o novo prédio da Escola Estadual de 1º Grau Apeles Porto Alegre. Sob a denominação Escola Estadual de 1º Grau Apeles Porto Alegre, são unificados o Grupo Escolar Apeles Porto Alegre e o Ginásio Estadual Arlindo Pasqualini, em 1977. A partir disso, as casas servem de sede, primeiramente, para o Movimento Tradicionalista Gaúcho e, mais tarde, para a Sociedade Cultural Beneficente Recreativa Trevo de Ouro.

No ano de 1989, a Lei 6.558, de 19 de dezembro, “dispõe sobre o tombamento dos prédios originais ex-Grupo Escolar Apeles Porto Alegre” e propõe sua “recuperação para abrigar o Arquivo Histórico de Porto Alegre”. Em vista de disposições legais contrárias, o tombamento não foi efetivado, mas, no ano de 1991, têm início, os trabalhos de recuperação e reciclagem de uma das casas, designada como a número dois.

É nessa casa que, em 1994, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho se instala e passa a desenvolver suas atividades, tendo assim encontrado seu local definitivo e apropriado. Sua inauguração aconteceu no dia 25 de outubro, não significando, contudo, a descontinuidade dos melhoramentos visando à adequação do local para a guarda e preservação dos documentos que abrigava. No seguimento foi construído, em 1999, um anexo à casa de número “2” com a finalidade específica de armazenamento da documentação, e foi restaurada, no ano seguinte, a casa de número “1”, hoje parcialmente ocupada pela Instituição.

Estes casarões foram reformados e adaptados, mas mantêm a fachada original.

Desde a primeira quinzena de agosto deste ano, teve início as obras de manutenção dos dois casarões que abrigam a Equipe de Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural - EPAHC (casarão 1) e o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (casarão 2). A conservação do espaço físico faz parte da

qualificação do atendimento ao usuário, sendo necessárias, basicamente as seguintes intervenções:

- isolamento térmico da cobertura;
- recuperação dos rebocos e pintura (externa e interna);
- impermeabilização do corredor de acesso ao anexo onde são guardados os documentos segundo as normas arquivísticas (Reserva Técnica) e pintura externa desse anexo.

Através da construção, sobretudo do anexo à casa 2 do Arquivo Histórico, o homem, por meio de uma observação externa traduz sua intenção de construção específica (um arquivo) em características significativas que o difere de outras construções; transmitindo uma simbologia da forma espacial que se estruture no significado de lugar no ambiente humano, ou seja, delimitar o significado de arquivo como estrutura arquitetônica definida, sendo observada visualmente.

Quanto à percepção do espaço arquitetônico propriamente dito, devemos abordar seus percursos e sequências, no âmbito do deslocamento entre os espaços edificados e urbanos, considerando a relação entre o percebido pelo homem e a interferência do ambiente nessa participação para que haja um entendimento.

De acordo com Norberg-Shulz (1996, p. 22),

A arquitetura ajudou ao homem a dar sentido à sua existência, fazendo com que ele conquistasse um equilíbrio no espaço e tempo, ocupando-se, desta maneira não só das necessidades práticas e econômicas, mas também dos significados existenciais, traduzindo-os em formas espaciais, que significam lugares percursos ou zonas, ou seja, a estrutura concreta do ambiente humano.



10



11



12



13



14



15

Figura 10 – Fachada da casa 1 do AHPAMV, lado norte/oeste. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 11 – Fachada da casa 1 do AHPAMV, lado norte/leste. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 12 – Fachada lateral/leste da casa 1, fachada sul/oeste da casa 2, fachada lateral/oeste do anexo à casa 2 e pátio central do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 13 – Fachada sul/oeste da casa 2 e fachada lateral/oeste do anexo à casa 2 do AHPAMV em manutenção. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 14 – Fachada do anexo à casa 2 do AHPAMV, lado oeste. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 15 – Destaque aos recortes arquitetônicos do anexo à casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Os espaços atualmente ocupados pela Instituição compreendem a casa 2, número 1149, seu anexo, e parte da casa 1, número 1129.

A primeira das casas a que se tem acesso, ao adentrarmos o portão do amplo espaço onde se localiza o Arquivo Histórico, possui uma área de, aproximadamente, 303 m², tendo sido reciclada com o intuito de abrigar um centro cultural onde seriam desenvolvidas atividades culturais e projetos do Programa de Educação Patrimonial. Nela, entretanto, ocupando sua maior parte, está lotada, provisoriamente, a Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural – EPAHC – da Secretaria Municipal da Cultura, desde dezembro de 2004.

O Arquivo usa somente o porão, para armazenamento da documentação proveniente das diversas unidades administrativas do Executivo, até que seja feita a sua seleção. Os documentos considerados de valor permanente são encaminhados à sala dos técnicos, na casa 2, para que se dê continuidade ao seu processo de tratamento, finalizado com o recolhimento ao acervo. A área ocupada por esse porão é de 106,20 m².

É na segunda das casas que funciona o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Essa casa possui um subsolo, com uma área de 120,98 m², onde se encontra o laboratório de restauração, além de sala utilizada para o desenvolvimento dos projetos de Educação Patrimonial e outras atividades culturais.

A sala de pesquisas e a sala da equipe técnica localizam-se na parte térrea da casa, ocupando uma área de 180,92 m².

O mezanino existente perfaz uma área de 53,02 m² e é ocupado pelos técnicos em cultura responsáveis pelo processo de estudo e desenvolvimento do Programa de Educação Patrimonial. É nesse espaço que transcorrem atividades desses projetos.

Esse prédio possui um “monta-carga”, equipamento complementar, similar a um elevador, com capacidade para até quarenta quilos, que interliga o laboratório de restauração à sala de pesquisa e ao mezanino, para transporte de livros e caixas entre os pavimentos.

Foi construído um anexo, contíguo à casa 2, com área total de 192,64m² distribuída entre a parte térrea e um mezanino, especialmente para abrigar o acervo do Arquivo Histórico, seguindo recomendações internacionais próprias para prédios

cuja função é a guarda de documentos permanentes. Seu acesso dá-se por um corredor de passagem. Possui também um elevador, de pequeno porte, para transporte de documentos entre os dois pavimentos.

O laboratório de restauração está instalado no subsolo da casa 2. Por não existirem as funções de técnico em restauração e encadernação no quadro de funcionários da PMPA, é feita a contratação de pessoa capacitada e especializada que se responsabiliza pelos trabalhos de higienização, recuperação e restauração dos documentos que apresentam dano ou deterioração pronunciada. Esses trabalhos são executados de forma manual e/ou com o auxílio de equipamentos específicos. O laboratório hoje conta com uma prensa, uma mesa de luz, uma máquina secadora, uma higienizadora e uma obturadora. O uso desses equipamentos, o material mais adequado e a forma de intervenção ficam a critério do técnico em conservação e restauro, que é o profissional apto a avaliar a extensão do dano sofrido, e a intervenção, cujo procedimento seja menos traumático para o documento já comprometido. Os trabalhos de encadernação, quando necessários, são terceirizados, isto é, a pessoa física ou jurídica determinada executa o trabalho na sua própria sede. Esse procedimento é adotado, também em função da falta de espaço necessário para as exigências do processo de encadernação.

A sala de pesquisas, que ocupa área na parte frontal superior da casa 2, está equipada com mobiliário que possibilita o atendimento ao público/pesquisador. É nessa sala que se encontram localizados os livros que formam a biblioteca e uma coleção de recortes de jornal sobre aspectos diversos de Porto Alegre considerados relevantes no que concerne à possibilidade de complementação de pesquisas que venham a ser efetuadas pelos usuários do Arquivo.

Na sala dos técnicos, instalada em área média compreendida entre a sala de pesquisas e o anexo, são desenvolvidos os trabalhos de seleção, identificação, organização, higienização e acondicionamento dos documentos a serem recolhidos ao acervo. É nessa sala, também, que são tratados os assuntos de gerenciamento e controle, e efetuados os trâmites burocrático-administrativos da Instituição.

A acessibilidade é um ponto precário no que tange à projeção do AHPAMV. A entrada ao espaço ocupado pela instituição dá-se por um portão e o usuário tem duas opções de percurso até o prédio onde o pesquisador é recepcionado, localizado na casa número 2. Uma das opções é utilizar as escadas, que ficam à

esquerda de quem entra no pátio, e a outra é subir uma ladeira de asfalto um tanto quanto íngreme, assim não existindo rota acessível específica para pessoas com deficiência. A entrada principal da casa número 2 é realizada somente através de escada. Há no interior da Instituição uma porta de vidro, que divide a sala dos funcionários e a sala de pesquisa, a qual não possui faixa ao longo de toda a sua largura, desse modo indicando sua existência. Também não foi verificada a existência de elevador ou rampa como deslocamento alternativo ao mezanino, sendo este acessado somente via escada.

Todos os espaços concernentes ao Arquivo precisam ser direcionados ao homem. Não é o indivíduo que deve se adaptar ao edifício, mas sim, o edifício se adaptar ao homem. Claro, que o edifício necessita ser adaptado ao tipo de acervo que custodia, porém pensando em uma problemática em esfera maior, de pouco adianta um acervo preservado e sem usuários para consultá-los.

A percepção dos espaços internos do AHPAMV pode ser interpretada por estímulos das sensações de distâncias que ocorrem entre os objetos e podem ser efetivamente estimadas. Isso envolve a percepção da distância e do tamanho relativo dos objetos. A percepção espacial utiliza elementos da percepção auditiva, visual e temporal. Assim, o homem difere na maneira de perceber seu espaço, na forma de interagir, de equacionar, de medir e de atribuir valores a ele.

E nesse sentido, Hall (2005) através da proxêmica – termo criado pelo autor – propõe o estudo do espaço orientado por seus três aspectos: o espaço de características fixas, como as paredes; o espaço de características semifixas, como a disposição dos mobiliários, obstáculos e adornos; o espaço informal, como o território pessoal ao redor do corpo do indivíduo.

Portanto, a percepção do espaço pelo homem é correlacionada por todos os seus sentidos, o seu psiquismo e o seu meio ambiente. O deslocamento do corpo em um ambiente construído traz sensações de distâncias de deslocamento, de profundidades, direção e sentido, portanto, dando sensações de espaço e tempo. Nesse viés, compreendemos que na dinâmica do espaço arquitetônico, o homem é um elemento fundamental para a manifestação da análise do espaço físico construído.



16



17



18



19



20



21

Figura 16 – Sala Técnica do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 17 – Sala de Pesquisa do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 18 – Sala de Pesquisa; escada que leva ao mezanino e, ao fundo a Hemeroteca e a Biblioteca do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 19 – Mezanino da casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 20 – Anexo à casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 21 – Mezanino do anexo à casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

A cobertura do Arquivo é composta por telhas de barro, em bom estado de conservação e com forro de madeira. O piso no interior da casa número 2, na sala de pesquisas, é de madeira, plano, estilo tabuão, sem revestimentos e escorregadio, não possuindo nenhum recurso antiderrapante. O mesmo está em ótimo estado, não existindo qualquer vestígio de agentes biológicos, como cupins. O piso do anexo à casa 2 possui revestimento de fácil manutenção e menos suscetível a deterioração. As aberturas na Instituição são vedadas, de madeira pintada e em bom estado. São janelas sem um padrão de tamanho, sendo encontradas janelas grandes e pequenas e em alturas diferentes nas casas.

A rede elétrica do AHPAMV está instalada por fora das paredes, contornando os ambientes por tubos em toda a sua extensão. Não foi encontrada nenhuma ocorrência de problemas hidráulicos.

Em pequenos, ou isolados detalhes, percebemos técnicas de construção de arquivos, que em um conjunto de imagens, nos proporciona uma visão geral da edificação, assim o objeto arquitetônico passa a ser analisado com um todo no espaço.

O homem, a partir dos estudos de sucessivos pontos de vista que realiza ao movimentar-se por um edifício, proporciona ao espaço a sua realidade absoluta.

Arnheim (1988, p.110) argumenta que se torna

[...] evidente que em material de arquitetura temos de nos deslocar constantemente de um lado para o outro, entre o edifício enquanto objeto visto como um todo no espaço, e o edifício como evento no tempo de que o homem em ação faz a experiência.

Rudolf Arnheim ressalta ainda que para a questão da imagem unificada, compreendida como um todo sinóptico:

[...] a imagem que o observador tem do edifício contribui para a formação de um todo unificado quando o esquadrinha de alto a baixo, a todo o momento

ele verá uma coisa incompleta e, portanto, desprovida de significado se o projetista não tomar as necessárias precauções.

A composição de um todo a partir de partes relativamente contidas em si próprias não é privilégio exclusivo da arquitetura. De um ponto de vista da percepção, permite que o observador capte unidades manejáveis, facilmente abarcáveis pelo olho, e atinja uma imagem do todo mediante a descoberta de relações entre as componentes. (ARNHEIM, 1988, p. 110-111).

Verificamos essa questão quando na apresentação de sucessivas imagens que contenham a representação do espaço arquitetônico ou urbano, em enquadramentos de câmera, que dão ao observador, referências imagéticas que permitem apreender o espaço como um todo.



22



23



24



25



26



27

- Figura 22** – Detalhe da cobertura da casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).
Figura 23 – Abertura na casa 2 do AHPAMV (Sala Técnica). **Fonte:** Laura Machado (2012).
Figura 24 – Diferentes modelos de aberturas na casa 1 do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).
Figura 25 – Aberturas no anexo à casa 2 no AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).
Figura 26 – Revestimentos no anexo à casa 2 no AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).
Figura 27 – Chave geral do sistema elétrico instalada na Sala Técnica. **Fonte:** Laura Machado (2012).

No que concerne à iluminação – natural e artificial –, o Arquivo conta com iluminação artificial feita com lâmpadas fluorescentes ou halógenas, com espaço de aproximadamente 50 cm entre elas. As lâmpadas estão localizadas a uma altura segura do acervo, não interferindo incisivamente na preservação dos documentos, como na formação de micro climas no acervo.

Quanto à iluminância, no acervo a intensidade de luz solar (natural) é pequena. As janelas possuem vidraças sem películas escuras, mas conservam sua estrutura em madeira que, fechada, não permite a incidência da luz. As janelas que são compostas somente pela vidraça, são isoladas com papel pardo, contudo foi constatado que estas janelas não interferem na incidência de luz solar no acervo. Os raios solares não atingem o acervo, concentrando-se somente em pequenos espaços do prédio, como pisos, paredes e mobiliário.

A incidência de luz solar é totalmente controlada: as aberturas foram projetadas de forma a não permitir luz solar direta sobre o acervo. No anexo a casa 2, a iluminação solar se dá por meio de tijolos de vidro, impedindo assim a incidência sobre os documentos e não permitindo o aumento da temperatura. Foi verificada em alguns pontos a instalação de cortinas nas janelas, para o controle da iluminação, reflexo e radiação de calor.

A incidência de luz natural sobre o acervo é prejudicial, porém quando incide – em alguns pontos – no ambiente interno, torna o espaço mais confortável, mais convidativo, talvez mais humano, diminuindo de certa forma a barreira entre o médio e o macro ambiente. Assim, confundindo a percepção da forma, de que a construção feita em consonância com a preservação de acervos seja intransponível. A luz artificial, esta que de qualquer forma, incidirá sobre os documentos, não deve ser maior na área de acervo, mas nas áreas de pesquisa. O documento, por si só, por seu conteúdo, será a motivação do usuário a visitar o arquivo, desse modo não necessitando ser iluminado com maior intensidade. O foco da iluminação é a Sala de Pesquisas, onde chamará a atenção do usuário aos seus estudos. Logo, a iluminação estará direcionada ao usuário, não ao acervo.

Para Lamberts apud Dallagnol (2008), a forma arquitetônica tem grande influência no conforto ambiental em uma edificação e no seu consumo de energia.

As formas arquitetônicas são produzidas para criar volumes e espaço para determinada finalidade, com caráter estético e cultural. Sempre ligadas a aspectos históricos, culturais e tecnológicos, passam por diversas transformações consequentes de diferentes necessidades de uso, limitações técnicas e diversas expressões culturais.

De acordo com Arnheim (2001), as sensações estão dentro do interpretante e não do autor da obra.

Um elemento que se pode tirar proveito na construção é a luz, uma vez que o uso de beirais e persianas permite explorar esteticamente os níveis de iluminação de um ambiente.

Para Souza (2006), a luz é a condição fundamental no estudo da percepção das formas de todos os objetos que nos cercam. A incidência de luz ou sua ausência podem definir formas, revelar contornos e volumes, pode produzir efeitos ilusórios que enganam ou confundem a percepção da forma.

A luz é o elemento fundamental no processo perceptivo das coisas. Na linguagem visível é responsável pelo significado expresso das coisas, não só porque determina as cores. A iluminação amplia a percepção e a consciência das dimensões físicas, emocionais, psicológicas e espirituais do espaço. Um espaço iluminado nunca é suscetível à medida ou observação neutra, mas incorporam o observador diretamente, provocando e estimulando a imaginação, atraindo a atenção, segundo Barnabé (2002).

Arnheim (2001), afirma que a luz é algo maior do que apenas a causa física que vemos. Ela se torna uma das experiências humanas mais fundamentais e poderosas. A iluminação tende a guiar a atenção seletivamente, de acordo com o significado desejado.



28



29



30



31



32



33

Figura 28 – Iluminação artificial na Sala Técnica do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 29 – Iluminação artificial sobre a coleção da Biblioteca e da Hemeroteca do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 30 – Iluminação natural na Sala de Pesquisa; utilização de barreira solar na vidraça do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 31 – Incidência de luz solar na casa 1 do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 32 – Iluminação artificial no anexo à casa 2 e pontos estratégicos de incidência de luz solar no AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 33 – Incidência de luz solar no anexo à casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

O anexo à casa 2 possui ambiente climatizado por dois aparelhos que funcionam ininterruptamente, para manutenção da temperatura entre 15 e 21°C e da umidade relativa do ar entre 50 e 60%. Existe também um higrômetro, aparelho que fornece as medidas de umidade relativa do ar e temperatura, na parte térrea. O controle e manutenção desses níveis devem ser permanentes, uma vez que, para a preservação dos documentos, a estabilidade das condições ambientais é fator determinante no controle de pragas e micro-organismos, que se proliferam com o calor e a umidade acima desses parâmetros, e na manutenção da estabilidade dos suportes informacionais, quaisquer que sejam, minimizando, assim, o processo de degradação a que estão sujeitos.

Não somente o anexo construído posteriormente aos casarões que tem seu ambiente monitorado. Todas as instalações possuem climatização. Somente o mezanino apresenta um ventilador de pedestal alto, este que provavelmente não é utilizado com frequência, pois o espaço também possui ar condicionado. Não foi encontrado qualquer vestígio de umidade ascendente nas paredes que comportam o acervo, somente na entrada da Sala Técnica. Sujidades foram encontradas em lugares de grande fluxo de pessoas por conta das obras de manutenção do AHPAMV, mas não comprometendo o bom funcionamento do AHPAMV.

As condições ideais do seu ambiente, aliadas ao correto manuseio dos documentos e medidas de controle dos demais agentes de degradação, propiciam condições ótimas de preservação dos documentos nele recolhidos, que terão sua integridade estendida.

O que precisamos depreender é que mesmo as sensações estando dentro do interpretante, do homem, conforme Arnheim (2001), o homem também pode adaptar-se a partir de suas experiências. Adaptar-se de modo que, em prol da preservação do acervo, abdique em certo ponto de seu conforto e modifique suas atitudes.

Infelizmente, os profissionais especializados em sistemas de climatização estão mais dirigidos às orientações para o conforto humano, não contemplando o aprimoramento técnico para a estabilidade física e química dos acervos. E, a zona de conforto humano é muito distinta da zona que favorece a preservação. Assim, quando são discutidos os níveis de conforto e projeto, frequentemente são expressas considerações que não incluem as necessidades dos acervos. Quanto à

umidade, esta ocorre na Sala Técnica do AHPAMV, podendo evidenciar que, não há o mesmo cuidado na área de acervo e nas demais áreas. O edifício deve ser percebido como um todo, como uma área comum de preservação. Mesmo o espaço somente fazendo sentido com a participação do homem, o próprio homem precisa enxergar o arquivo como parte de seu ambiente, parte de suas experiências, contribuindo para que esse espaço seja preservado assim como o seu acervo.

Considera-se que o espaço arquitetônico é um espaço que se comunica com o ser humano através de signos. A interpretação destes signos depende de cada interpretante.

Os conceitos revelados nessas reflexões colaboram no pensar sobre a importância da percepção de nossos sentidos diante do espaço arquitetônico e urbano, para compreender sua representação em outra linguagem que se prevaleça da manifestação do tempo enquanto sequência temporal.

Um elemento-chave no entendimento humano é o reconhecimento de que o homem, em certos pontos críticos, sintetiza a experiência. Em outras palavras, o homem aprende enquanto vê, e aquilo que vê influencia seu aprendizado. Isto contribui para uma maior adaptabilidade do homem e o capacita a explorar a experiência passada, expressa Hall (2005).

Tudo isso só faz sentido, se tomarmos o homem como protagonista dessa história, como agente emissor e receptor num ciclo contínuo do conhecimento.



34



35



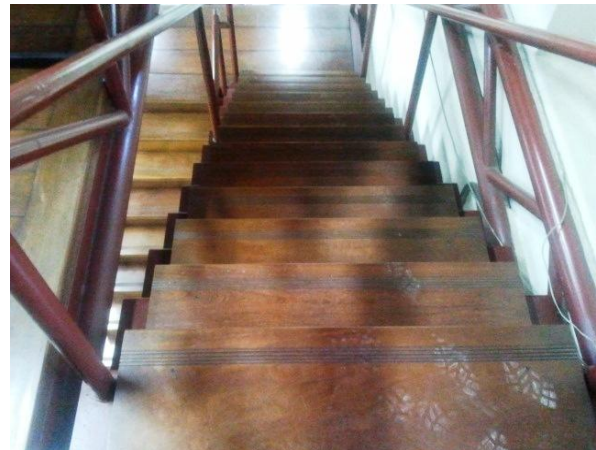
36



37



38



39

Figura 34 – Aparelhos de ar condicionado na área externa da casa 1 do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 35 – Climatização na Sala de Pesquisa do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 36 – Climatização central no anexo à casa 2 do AHPAMV (cantos superiores). **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 37 – Ausência de umidade na Sala Técnica do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 38 – Presença de umidade na entrada da casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 39 – Presença de sujidades na escada do mezanino da casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

O AHPAMV possui como prevenção contra incêndios e curtos-circuitos a instalação de extintores de incêndio em todos os seus ambientes, com fácil localização e manuseio. Possui sensores contra incêndio e luzes de emergência em pontos estratégicos.

O anexo está também devidamente guarnecido dos equipamentos adequados para prevenção de incêndio, além de possuir porta “corta-fogo” como saída auxiliar, aspectos dos mais importantes para o caso de sinistro. O anexo a casa número 2 possui sistema de alarme.

Deixando a desejar, o Arquivo Histórico possui mínimas condições de segurança contra vândalos ou pessoas mal intencionadas. A entrada do público no pátio do AHPAMV não é controlada, nem mesmo a circulação de pessoas no entorno do edifício, sendo somente checada a visita do usuário quando ele adentra a porta principal da Instituição. Nem sequer é utilizado um monitoramento através de câmeras de segurança.

Do mesmo modo que a forma arquitetônica pode representar um abrigo perfeito, seguro das ações do meio externo, o acervo não estará totalmente seguro dessa maneira. O espaço construído para essa finalidade não vai proteger integralmente os documentos. O homem, como protagonista dessa percepção espacial precisa adquirir vivência prática para a correta tomada de decisões no que diz respeito à segurança empregada no acervo. Nesse caso, somente a percepção de acontecimentos dará a significância para que a organização espacial no tocante à segurança seja compreendida. A questão será mais bem resolvida por intermédio de ações vividas do que pelo objeto arquitetônico propriamente dito como um abrigo seguro.

Arnheim (2001, p. 368) sustenta que

Compreendemos agora que o que diferencia a percepção de acontecimentos da percepção de objetos não é que a primeira envolva a experiência do tempo que passa, mas que durante um acontecimento testemunhamos uma sequência organizada nas fases seguem-se umas às outras numa ordem significativa unidimensional. Quando o acontecimento é desorganizado ou incompreensível, a sequência se interrompe tornando-se uma mera sucessão. [...] Nenhum tempo liga essas fases momentâneas, porque só o tempo pode criar sucessão, mas não ordem. Ao contrário, qualquer experiência de tempo pressupõe algum tipo de ordem.

Verificamos que a aquisição do pensamento espacial é realizada aos poucos com a vivência prática do indivíduo sobre o espaço, e será através dessa experiência que ele fará o registro de sua memória espacial com a necessidade de certa ordem, sucessiva e temporal, para que seja realizada a compreensão do todo, mesmo que visualizado em fragmentos.



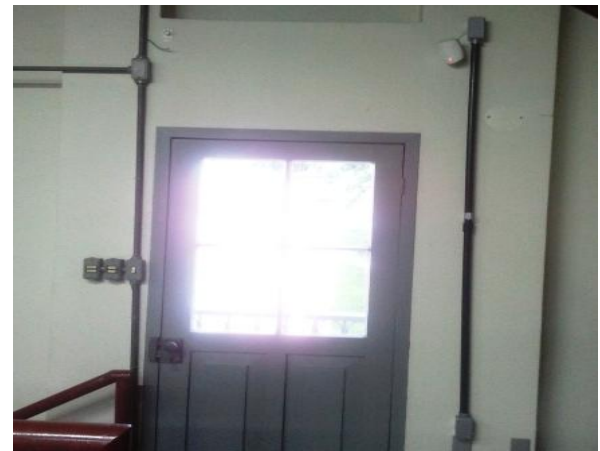
40



41



42



43



44



45

- Figura 40** – Extintores sinalizados na Sala de Pesquisa do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).
- Figura 41** – Extintores localizados no mezanino da casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).
- Figura 42** – Luzes de emergência acima da porta na casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).
- Figura 43** – Sensor contra incêndio acima no mezanino da casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).
- Figura 44** – Porta corta fogo no anexo à casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).
- Figura 45** – Porta de emergência no anexo à casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

5.4.3 Microambiente

O microambiente refere-se ao armazenamento, como, mobiliário, e às condições de acondicionamento.

Quanto ao armazenamento dos documentos no AHPAMV, o mobiliário é composto por madeira e aço, isto é, a parte de estanterias é toda em aço, porém as mesas da sala de pesquisa e sala dos técnicos são de madeira. Na casa número 2 existem estantes deslizantes que comportam a Biblioteca e a Hemeroteca do AHPAMV.

No anexo à casa número 2, a disposição interna das estanterias, das nove mapotecas, além da estrutura que serve de suporte para os tubos de papelão onde são acondicionados documentos cartográficos, permite a livre circulação do ar, além de proporcionar melhores condições para o manuseio da documentação.

O mobiliário do AHPAMV é disposto de maneira correta, permitindo o deslocamento do usuário por todos os espaços construídos, gerando uma dinâmica de percepção total do acervo, deixando o usuário escolher o que é de seu interesse no espaço.

Ao caminhar no espaço físico, a pessoa observa e seleciona o que quer ver, estabelecendo sua ordem visual, a partir de estímulos que provocam o seu interesse no ambiente, ou seja, ela dirige e prioriza suas intenções. A percepção visual do espaço auxilia o ser humano em suas referências espaciais. Os espaços gerados na construção de um ambiente criam entre si relações que norteiam o indivíduo para a percepção de espaço, incluída a ideia de deslocamento espacial, ou seja, a passagem de um ambiente a outro.

A dinâmica temporal do espaço arquitetônico está intimamente vinculada ao conceito de percurso. O indivíduo se posiciona nas sequências que se estabelecem e se percebem nesses percursos. Esse fenômeno auxilia na compreensão das relações de percepção ligadas às sensações estimuladas pelos espaços abertos e fechados, uma vez que o corpo se relaciona de forma instintiva e contínua com o ambiente.



46



47



48



49



50



51

Figura 46 – Mobiliário da Hemeroteca e da Biblioteca do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 47 – Estantes deslizantes na casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 48 – Mapotecas na Sala de Pesquisa do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 49 – Mobiliário da Sala de Pesquisa do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 50 – Estantes e mapotecas de aço no anexo à casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 51 – Detalhe das estantes no anexo à casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Antes de expormos as condições de armazenamento no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, precisamos identificar a constituição do acervo.

O acervo do Arquivo Histórico é formado pelos seguintes conjuntos documentais:

- a) documentação textual e cartográfica: os documentos textuais (manuscritos e impressos) e cartográficos são provenientes da Câmara Municipal, Administração Centralizada e Autarquias. São diferentes espécies e tipos documentais, entre eles correspondências, relatórios, anais, contratos, convênios, legislação, anteprojetos, projetos, mapas, impostos, balanços, balancetes, quadros estatísticos, orçamentos, planos, processos, estatutos, posturas, alvarás, cartas de sesmarias, inventários de órfãos, material de divulgação, entre outros.
- b) Hemeroteca: trata-se de uma coleção de jornais, revistas, almanaques e boletins, editados em Porto Alegre. Após alguns exemplos de títulos e suas datas-limite: Correio do Povo (1925 – 1987), Americano (1842 – 1843), Estrela do Sul (1843), A Federação (1892 – 1937), O Independente (1900 – 1919), Jornal do Comércio (1867 – 1868), A Voz do Escravo (1881), Revista do Globo (1929- 1967), Revista Província (1962 – 1969), Revista IHGRS (1921 – 2001) São cerca de 40 títulos. Muitos não estão completos.
- c) Coleção de recortes de jornais: são aproximadamente 17.400 folhetos contendo recortes sobre assuntos variados, tais como bairros da Capital gaúcha, biografias, história de Porto Alegre, monumentos, patrimônio histórico, prédios, ruas, urbanismo e eventos. Desse modo, esta coleção está indexada por assunto. A localização da informação se dá através de um fichário e de uma planilha eletrônica permanentemente atualizada.
- d) Biblioteca de apoio: trata-se de uma coleção de livros e periódicos técnicos sobre a história de Porto Alegre (desenvolvimento urbano, econômico, social, político, cultural e ambiental). Também possui obras sobre Arquivologia, Educação Patrimonial e Cultura. São livros, folhetos, artigos e periódicos. A finalidade desta biblioteca especializada é dar suporte à

pesquisa dos usuários do Arquivo Histórico e está instalada na Sala de Pesquisas.

- e) Coleção Walter Spalding: coleção privada de livros do bibliotecário, doada à SMC por seus familiares. É composta de 2.034 obras sobre História do Rio Grande do Sul, folclore, etnografia, geografia, obras de referência anais de congressos, literatura rio-grandense, brasileira e estrangeira. As obras mais antigas datam de meados do século XIX. Estão acondicionadas em arquivos deslizantes, instalados na Sala de Pesquisas, ao lado da Biblioteca de apoio.
- f) Coleção de legislação: também tem por finalidade complementar as pesquisas dos usuários e o trabalho dos funcionários do Arquivo. No âmbito federal, abrange legislação do Brasil Colônia (1811 a 1822), Brasil Império (1823 a 1882), Brasil República (1894 a 1968). No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, engloba os períodos de governo provincial, transitório e estadual. Na esfera pública municipal, reúne desde o primeiro Ato do Intendente (1892) até o ano de 1968. A coleção apresenta lacunas temporais, assim não estando completa.

O acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho corresponde à cerca de 1.500.000 unidades documentais.

No tocante aos fundos documentais públicos, estes fundos correspondem à massa documental oriunda dos poderes Legislativo e Executivo do município de Porto Alegre. A classificação dos fundos e subfundos reflete a estrutura administrativa do Município. Nos demais subníveis, a classificação considerou, além da estrutura, as funções, atividades e assuntos.

Posterior à classificação, os documentos passam por um processo de higienização e são acondicionados conforme suas características físicas (suporte, tamanho, entre outros aspectos) na sala de acervo. São manuscritos, em sua maioria, sob a forma de livro ou encadernados e estão dispostos horizontalmente nas estantes de aço do acervo. Também são arquivados horizontalmente os documentos em formato maior que tamanho A4 convencional, envoltos por envelopes de papel neutro.

Em relação aos mapas, desenhos técnicos e plantas, há aproximadamente 8.800 pranchas, acondicionadas em onze mapotecas verticais e duas horizontais. Apresentam-se substancialmente em papel linho, papel vegetal e também em outros materiais. As pranchas estão organizadas conforme três grandes grupos, já ditos anteriormente: Cartografia, Planejamento Urbano e Edificações (de prédios da administração pública, prédios privados, residenciais e comerciais). A Cartografia é composta de pranchas que retratam a evolução geográfica, hidrográfica e geopolítica de diversas áreas da cidade, bem como de municípios da região metropolitana de Porto Alegre. O Planejamento Urbano é constituído de pranchas que revelam a evolução histórica das áreas urbanizadas e não urbanizadas, a diminuição das áreas verdes, os arruamentos, planos diretores e de melhoramentos, sistema viário, sistemas de abastecimento de água, esgotos, iluminação pública, transportes e telefonia.

Os demais documentos, como processos, dossiês, fotografias, cartazes e folders, estão arquivados em caixas-arquivo de polionda, ordenados nas estantes da sala de acervo.

Em conformidade com a 2. ed. do Guia (2009), o Fundo Legislativo possui 17,17 metros de gênero textual. O fundo Companhia CARRIS Porto-Alegrense possui 6,42 metros de documentos textuais, 80 fotografias e 98 documentos cartográficos. O fundo EPATUR possui 3,64 metros de documentos textuais.

Concernente ao fundo e a coleção privados, foram doados ao AHPAMV dois acervos privados, relevantes à história política e social de Porto Alegre. O fundo privado Francisco Xavier da Costa possui 0,17 metros lineares de documentos, 12 fotografias e 3 documentos iconográficos. A coleção privada intitulada Capela Positivista é composta por coleção de textos e obras mantidas pela Capela Positivista de Porto Alegre. As datas de produção abrangem os anos de 1881 a 1989, possuindo 1,56 metros lineares de documentos textuais.

O acervo custodiado pelo AHPAMV está disponível para consulta, não existindo restrições, com exceção dos documentos danificados. Empréstimos não são permitidos, visto que os documentos do Arquivo Histórico são exemplares únicos, cuja fragilidade é proporcional ao seu tempo de vida, ao tipo de papel e às formas de guarda e manuseio. A biblioteca e outros materiais disponibilizados foram

constituídos para apoio e complementação das pesquisas feitas nos documentos, tendo por isso poucos exemplares de cada unidade.

Arnheim (1988-2001), ao elucidar que o homem consegue aprender enquanto vê, exprime que apesar de em algumas situações ver uma composição em fragmentos, do ponto de vista da percepção, aponta que ele consegue abarcar a imagem como um todo.

Analisamos que em conjunto com a percepção ambiental/espacial – experiências sendo observadas em situações fragmentadas, podem ser reunidas como um todo indissociável –, o documento embora às vezes seja pesquisado em fragmentos, faz parte de um todo além do fragmentado, faz parte de um conjunto documental também indissociável. Para que haja essa organicidade documental e conseqüentemente essa sucessão de percepções do espaço interpretado, a preservação da informação deve partir da concepção da edificação do arquivo, assim havendo respaldo para a preservação do acervo arquivístico.



52



53



54



55



56



57

Figura 52 – Obras expostas na entrada da Sala de Pesquisa do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 53 – Documentos acondicionados em caixas polionda. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 54 – Livros da coleção da Biblioteca do AHPAMV. **Fonte:** Laura Machado (2012).

Figura 55 – Documentos acondicionados nas estantes do anexo à casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 56 – Detalhe da lombada dos documentos no anexo à casa 2 do AHPAMV. **Fonte:** Ricardo Stricher (2009).

Figura 57 – Coletânea do Jornal La Mañana (1922). **Fonte:** acervo AHPAMV (2011).

6 SÍNTESE DAS PERCEPÇÕES AMBIENTAIS/ESPACIAIS E DA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NO AHPAMV

A partir do estudo de caso realizado no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, compreendemos o grau de relevância que o espaço tem a favor da preservação da informação. O ambiente compreendido como fator importante nas políticas de gerenciamento ambiental não configuram um espaço restrito, um espaço delimitado onde os documentos estão acondicionados, mas um espaço amplo, além das fronteiras da construção da Instituição.

Através de um estudo prático, identificando e relacionando características do Arquivo Histórico com o que foi apreendido da pesquisa com enfoque no gerenciamento ambiental, conhecemos a complexidade desse tema. Nesse viés, introduzimos o estudo da percepção ambiental/espacial, em que aí não só vemos a complexidade do tema, como a entendemos, de modo a discutir com propriedade essa perspectiva de maneira completa e, porque não dizer, desafiadora de trabalhar com a conservação nos acervos. Desse modo, somos “apresentados” ao objeto de trabalho, conhecendo suas especificidades e os riscos intrínsecos e extrínsecos para medidas de gerenciamento e preservação estruturadas no futuro. Mesmo que a problemática seja referente ao ambiente, o foco está absolutamente no documento/no acervo. Cruz Souza apud Gomes (2008), ressalta que

A importância do conhecimento das técnicas e materiais utilizados na construção de obras de arte ou de valor histórico ou cultural reside no fato de que, somente a partir deste conhecimento poderemos caracterizar o desenvolvimento da tecnologia de produção das obras e as características dos diversos estilos ou períodos históricos. Além disso, através do conhecimento de seus materiais constituintes, pode-se elaborar uma estratégia de conservação preventiva das obras, pois sem o conhecimento de seus materiais constituintes é praticamente impossível o estudo das causas e processos de degradação.

É por meio de estudos quanto ao conjunto documental que teremos uma base sólida para entendermos que o espaço é um elemento crucial para a preservação dos acervos. E, esse espaço só é analisado corretamente se o homem for o protagonista das ações perceptivas propostas por Rudolf Arnheim. Isso não quer dizer que o homem, o usuário seja visto de maneira prioritária, mas que ele como indivíduo integrante deste ambiente, sinta, perceba e analise a partir de suas experiências a conservação preventiva como uma prática satisfatória investida para com os acervos arquivísticos.

Observa Arnheim (2001), que temos negligenciado o dom de compreender as coisas através de nossos sentidos. O conceito está divorciado do que se percebe, e o pensamento se move entre abstrações. Nossos olhos foram reduzidos a instrumentos para identificar e para medir; daí sofreremos de uma carência de ideias exprimíveis em imagens e de uma capacidade de descobrir significado no que vemos.

O AHPAMV possui o estabelecimento de estratégias de gerenciamento ambiental, denotando ser exercido o cuidado necessário exigido pelo acervo e relativo aos vários fatores que podem afetar a preservação. As estratégias empregadas concentram-se no meio ambiente do Arquivo em sentido amplo, abarcando os aspectos físicos e organizacionais. De acordo com Cruz Souza (2008), o ambiente físico é constituído pelas efetivas condições nas quais os acervos são guardados, expostos e utilizados. O ambiente organizacional inclui a missão, funções, recursos e atividades institucionais do arquivo. Ambos são em grande parte interdependentes e desempenham um papel relevante para a conservação dos acervos de um arquivo.

Mesmo sendo partes interdependentes, acreditamos que sejam partes correlacionadas, cruzadas, para daí sim, haver o desenvolvimento de estratégias para a preservação da informação e, esta conexão de ambientes – físico e organizacional – foi realmente sentida no ambiente do AHPAMV. Mesmo que ainda ocorra falhas nas estratégias de conservação do acervo, a degradação dos documentos é reduzida, sendo peça-chave perante os conceitos do gerenciamento ambiental.

A partir de práticas desenvolvidas na conservação passiva, o acervo do AHPAMV é salvaguardado e manuseado de maneira que a degradação sofrida pela

ação do tempo e do ambiente seja minimizada e, essas práticas são somente executadas porque o ambiente organizacional age em favor do acervo, age por um bem maior e comum a todos, que é a preservação da informação. Todas as atividades realizadas no AHPAMV são voltadas ao acervo, a prioridade naquele espaço é o documento. Os exercícios de percepção do ambiente/espaço só fizeram reforçar o que já tínhamos visto – que o Arquivo Histórico realiza um enorme e valioso trabalho em favorecimento da preservação do patrimônio cultural – e indubitavelmente compreender a complexidade que envolve a conservação de acervos.

Enfim, conforme Souza apud Cuty (2012), “[...] a cultura não existe isolada, nem independente do espaço, ao contrário, ela e o ambiente são indissociáveis.”

7 O TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Percebemos que, desde o estudo, o planejamento, a execução e a continuidade de um projeto que viabilize a construção de um edifício de arquivo ou a reciclagem de um espaço que já comporte um acervo arquivístico, é salientado o trabalho interdisciplinar entre os profissionais que convivem com os problemas de preservação dos acervos e os profissionais que lhe competem a construção de projetos dessa natureza.

Sendo um trabalho interdisciplinar, o planejamento de um arquivo e a elaboração de um projeto arquitetônico para um edifício complexo novo ou para uma reforma, ampliação ou reciclagem de um edifício ou grupo de edifícios de grande complexidade, certamente pode demandar a colaboração de profissionais de várias áreas do conhecimento, como:

- Arquitetos;
- Arquivistas;
- Historiadores;
- Conservadores e restauradores (de diversas áreas, como a física, química, belas-artes e mesmo os graduados e pós-graduados em conservação);
- Bibliotecários e outros profissionais da área da Ciência da Informação;
- Fotógrafos;
- *Designers* gráficos e de mobiliário;
- Engenheiros:
- Civis;
- Mecânicos;
- Eletricistas;
- Administradores e outros profissionais ligados à gestão.

Os arquivos são edificações complexas. Um projeto dessa magnitude envolve uma vasta gama de informações e considerações técnicas, que vão desde o correto

planejamento das atividades e funções que o edifício deverá cumprir, até a definição dos espaços e instalações que essas atividades irão demandar, passando por inúmeros detalhes envolvendo materiais, componentes, equipamentos e sistemas construtivos, de acordo com Gonçalves et al. (2008).

Esse tipo de edifício é descrito na legislação como agrupamento de edificações projetadas, construídas e ou ampliadas em uma mesma área, obedecendo a um mesmo planejamento físico integrado, ou seja, um edifício para atividades específicas com utilização de tecnologia complexa, sendo o resultado da organização de espaços construídos (abertos ou fechados) em uma mesma área física. (CREA-PR, 2007; CREA-MG, 2001 apud GONÇALVES et al., 2008, p. 6).

O arquiteto é o profissional responsável pelos projetos arquitetônicos de qualquer edificação arquivística, porém nem sempre atua como coordenador em projetos relacionados à conservação preventiva de acervos de arquivos, visto que para essa tipologia de projeto, a experiência e a qualificação específicas são determinantes.

Subentende-se que a preservação depende do conhecimento, como base para decisões políticas. É preciso saber o que preservar. Como bem assinalou Silva (1998), é ao considerar as relações sugeridas entre política, tecnologia e conhecimento, que os arquivistas encontram respaldo científico para planejar e propor projetos de preservação de seus acervos. Compreende-se que a falta de conhecimento, mais que a escassez de recursos financeiros, é que leva à deterioração dos acervos. Logo, a preservação da informação deve ser entendida como uma escolha tecnológica, científica e política, em que identificar e conhecer o que precisa ser executado, e como deve ser executado, torna-se o mais interessante.

Contemporaneamente, a temática da concepção, e, conseqüentemente, da conservação dos edifícios está mais voltada para a solução dos aspectos ambientais, de sustentabilidade, ciclo de vida e eficiência energética, exigindo abordagens multi e transdisciplinares. A ideia de ambiente que “envolve”, protege o

acervo, não está no interior do edifício, nos micro ambientes, mas abarca a amplitude necessária para discutirmos a relevância e a complexidade do ambiente exterior e da própria edificação; existindo uma relação de interação entre os ambientes.

A projeção estudada envolve um grau de complexidade que exige a interação dos profissionais envolvidos visando elaborar soluções técnicas integradas para problemas que inter-relacionam diversos campos do conhecimento. Particularmente nos processos de projetos que envolvem adaptação, reabilitação, reconstrução, reforma ou restauração, uma questão central a ser discutida é como o projeto altera ou preserva as características originais da construção, com vistas a atingir aquelas soluções.

Para Gonçalves et al. (2008), a exequibilidade, a economia e a eficiência de um projeto nessa área dependem de uma equipe multidisciplinar que possa discutir e compartilhar problemas e soluções no que tange ao uso do edifício, a segurança dos acervos e planos diretores.

O desenvolvimento de estratégias de projetos e alternativas tecnológicas para a preservação da informação é objeto de estudos e pesquisas – ainda que em recente expansão e, sobretudo havendo demasiada falta de informação sobre as possibilidades da conservação passiva para os arquivos – sendo determinante para o sucesso deste esforço, alcançado apenas com o trabalho interdisciplinar.

O trabalho interdisciplinar precisa transcender o conhecimento de nossa própria área de formação, havendo um deslocamento da disponibilidade em compreender a linguagem do trabalho desse “outro” profissional, que compartilhando conhecimentos, abarcam a síntese do trabalho multifacetado e exprimem diferentes métodos para a resolução de problemas em comum. Esse “deslocamento” implica em abrir mão de preconceitos, de debater diferentes ideias para a construção de possibilidades para a solução de problemas em conjunto.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explicitamos que a problemática da preservação de acervos exige além de pensarmos no documento como um objeto isolado. Que o documento esteja desde sua produção inserido no ambiente que o envolve e, conseqüentemente que o ambiente seja diretamente envolvido pelo documento quanto objeto cultural. Tanto as técnicas de construção arquitetônicas quanto os desdobramentos de práticas do gerenciamento ambiental precisam estar interligadas para que haja a efetiva preservação informacional.

É um caminho cheio de conexões entre esses conhecimentos que perfaz a estrutura descrita nesse estudo. O espaço, em sentido amplo, não somente influencia como, sobretudo, é impactante e incisivo sobre o que afeta e em que sentido se manifesta no decorrer do ciclo vital do documento arquivístico.

Definimos a conservação preventiva como um ponto fundamental na preservação do patrimônio cultural, pois a desaceleração da deterioração permite que os documentos sejam transmitidos com autenticidade material para o futuro. A autenticidade material é uma questão de suma importância na transmissão do legado de épocas passadas para o futuro, visto que estabelece novas possibilidades de interpretação do passado, gerando, com isto, o crescimento cultural. Potencialmente, essa autenticidade material não é um valor de referência simbólico, mas o valor principal do documento que sobrevive ao espaço temporal.

Nessa perspectiva, essa influência de variados tipos de conhecimento, aponta que o documento arquivístico precisa ser estudado e, posteriormente preservado por um conhecimento que transcende a Arquivologia. Que essa transcendência reflita em pesquisas e estudos que abarquem diversas percepções, e que nessas experiências, as ações sejam ponderadas, executadas e continuadas, envolvendo assim o documento arquivístico em uma verdadeira materialização da importância da preservação, expressando genuinamente a cultura de uma região em um determinado momento histórico.

REFERÊNCIAS

AHPAMV. **Blog do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. Disponível em: <<http://ahpoa.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12 out. 2012.

ARANYANAK, C. **Factors in deterioration of cultural materials in Thailand**. SPAFA Digest, 1988.

ARNHEIM, R. **A dinâmica da forma arquitetônica**. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

_____. **Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora**. nova versão. São Paulo: Pioneira, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050 – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BANKS, P. **Overview of alternative space options for libraries and archives**. In 14th Annual Preservation Conference, held on March 25, 1999. Washington, 1999.

BARNABÉ, Paulo Marcos Mottos. **A Poética da Luz Natural na Obra de Oscar Niemeyer**. Semina: Ciências Humanas e Sociais, Londrina, v. 23, p. 3-14, set. 2002.

BECK, Ingrid e colaboradores. **Manual de Preservação de Documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: ACAN, 1991.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Brasil acessível: programa brasileiro de acessibilidade urbana**. Caderno 2: construindo a cidade acessível. Brasília: Ministério das Cidades, 2006.

CARVALHO, Claudia S. R. **O Controle ambiental para preservação de acervos na concepção dos edifícios de arquivos e bibliotecas em clima tropical úmido**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1998.

CARVALHO, Claudia S. R.; GÜTHS, Saulo. **Conservação preventiva: ambientes próprios para coleções.** In: *Conservação de Acervos/Museu de Astronomia e Ciências Afins. MAST Colloquia*, volume 9. Rio de Janeiro: MAST, 2007.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas.** São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comissão para a Prevenção de Desastres. **Directrizes para a prevenção e controlo de desastres em arquivo.** Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

CONWAY, Paul. **Preservação no Universo Digital.** Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Nacional, 1997.

CRUZ SOUZA, Luiz Antônio. **Conservação preventiva: controle ambiental. Tópicos em conservação preventiva 5.** Projeto: Conservação preventiva: avaliação e diagnóstico de coleções. Programa de Cooperação Técnica: IPHAN e UFMG. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

CUTY, Jeniffer Alves. **A gente sempre pensou em termos de planejamento: a cultura da preservação nas políticas urbanas em Porto Alegre, RS, Brasil.** Tese de doutorado. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 2012.

DALLAGNOL, Tharine. **Percepção de Espaço em Sinergia com a Arquitetura: biblioteca pública de Quedas do Iguaçu: Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel, 2008.**

DUCHEIN, M. **Les bâtiments et équipements d'archives dans les pays tropicaux. Archivum 2** (Proceedings of the second Caribbean Archives Conference, Guadeloupe and Martinique, October 27-31, 1975), 1980.

_____. **Archive buildings and equipment.** München: Saur, 1988.

_____. **Protection of archives against water damage.** Atlanti, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre Guia Histórico.** 2ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1992.

FRÖJD, I.; J. MCINTYRE; B. BANKS; J. M. DUREAU; Y. OGAWA; M. PANDZIC. **Guidelines on disaster prevention and control in archives.** Paris: ICA, 1997.

FRONER, Yacy-Ara. **Reserva técnica**. Tópicos em conservação preventiva 8. Projeto: Conservação preventiva: avaliação e diagnóstico de coleções. Programa de Cooperação Técnica: IPHAN e UFMG. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

GIEDION, S. **Espaço, tempo e arquitetura**: o desenvolvimento de uma nova tradição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOMES, Gabriela de Lima. **Ver para crer**: um novo olhar para os arquivos fotográficos. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG/Escola de Belas Artes, 2008.

GONÇALVES, Willi B.; CRUZ SOUZA, Luiz Antônio; FRONER, Yacy-Ara. **Edifícios que abrigam coleções**. Tópicos em conservação preventiva 6. Projeto: Conservação preventiva: avaliação e diagnóstico de coleções. Programa de Cooperação Técnica: IPHAN e UFMG. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

GÜTHS, Saulo. **Monitoramento e Controle Térmico para Preservação de Acervos**. In: Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. v. 3, n. 3, jul. 2004 – Indaiatuba, São Paulo: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2004.

HALL, E. T. **A dimensão oculta**. Rio de Janeiro: F. Alves, 2005.

KARIM, K. M. **Archives administration**. Dhaka: Kanak Prokshaani, 1998.

LING, T. **Solid, safe, secure**: building archives repositories in Australia. Canberra: National Archives of Australia, 1998.

NORBERG-SHULZ, C. **Il Significato nell'architettura occidentale**. Milano: Electa, 1996.

NWAMEFOR, A. C. **Nigerian studies**: planning library buildings for Nigerian universities. *International Library Review*, 1995.

OGDEM, Sherelyn (Edit.). **Administração de emergências**. Rio de Janeiro: CPBA, 2001.

PORTO ALEGRE (Município). **Guia Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. [texto e pesquisa; Juliana Gehlen]. 2. ed. Porto Alegre: AHPAMV, 2009.

READ, F. **Preventive conservation**. 1994.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

SOUZA, Edison Eloy de. **As formas arquitetônicas e suas geometrias: análise de obras da arquitetura moderna e contemporânea**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo.

TEIJGELER, René e colaboradores. **Conservação Preventiva da Herança Documental em Climas Tropicais**. Ministério da Cultura - Biblioteca Nacional: Lisboa, 2007.

TEULING, A. J. M. den. **Requirements for the building and equipment of repositories and their conversion or refurbishment or adaptation of buildings or part of buildings for repositories**. Regulations, edited by Landelijk Overleg van Provinciale Archiefinspecteurs, The Netherlands; translation: E. Pouwels, 1994.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TRINKAUS-RANDALL, G. **Protecting your collections: a manual of archival security**. Chicago: Society of American Archivists, 1995.

TRINKLEY, Michael. **Considerações sobre a preservação na construção de bibliotecas**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

VANZ, Samile Andrea de Souza; CUTY, Jeniffer A. **Alguns aspectos importantes para a gestão de espaços em unidades de informação**. Erechim: Biccateca, 2012 (Artigo).

APÊNDICE A

ROTEIRO PARA REGISTRO FOTOGRÁFICO

Macroambiente	1ª prancha: fotografias das imediações do AHPAMV. Perspectiva integral. Localização urbana. Fotografias de onde está localizado o Arquivo.
	2ª prancha: Fotografias do terreno (pátio) no entorno do AHPAMV. Paisagismo.
Medioambiente	3ª prancha: Fotografias do prédio do AHPAMV e seu anexo. Perspectiva integral da fachada do prédio principal e anexo.
	4ª prancha: Fotografias de todos os ambientes internos do AHPAMV. Tudo o que comporta o Arquivo. Área total de construção. Acessibilidade.
	5ª prancha: Fotografias da cobertura, piso, revestimentos, aberturas, eletricidade e hidráulica do Arquivo.
	6ª prancha: Fotografias sobre incidência de luz natural e iluminação artificial no Arquivo.
	7ª prancha: Fotografias sobre climatização, umidade e limpeza no Arquivo.
Microambiente	8ª prancha: Fotografias quanto à segurança empregada no Arquivo.
	9ª prancha: Fotografias do mobiliário do Arquivo. Armazenamento.
	10ª prancha: Fotografias do acervo do Arquivo e suas condições de acondicionamento.